

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.1- INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades do exercício de 2015, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária, e também o Balanço Social o qual consideramos importante para divulgar o desempenho social e ambiental da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL para a sociedade, parceiros e consumidores.

1.1.01 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A CERGRAL é fruto de uma história de mais de 50 anos de contribuição ao desenvolvimento da Infraestrutura de Santa Catarina e, durante essa trajetória, vem construindo o crescimento sócio econômico sustentável de Gravatal. Essa é a nossa causa maior que nos levará a superar os desafios que se apresentam ao setor elétrico Brasileiro. O ano de 2015 foi de desafios e realizações para a CERGRAL. Frente a um complexo cenário econômico e de escassez hidrológica, a solidez construída pela cooperativa permitiu a continuação de grandes realizações, demonstrando mais uma vez a seriedade dedicada ao patrimônio do associado, e do comprometimento com o atendimento a toda a sociedade Gravatalense. Mais uma vez pode-se afirmar que os objetivos foram cumpridos em todos os setores da cooperativa.

Todas as conquistas não seriam possíveis sem o apoio dos colaboradores da CERGRAL, em especial aqueles que enfrentam a chuva, o sol forte, a diversidade de horários, os riscos de acidentes elétricos, que continuam sendo alvo de muita atenção, com treinamentos, fornecimento de equipamentos adequados e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

É importante frisar que a CERGRAL trabalha seguindo normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Esperamos que em 2016 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e possíveis crises hidrológicas e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.

1.1.02 - PERFIL

A CERGRAL, constituída em 17 de dezembro de 1961, é uma cooperativa do ramo de infraestrutura, com sede na Rua Engenheiro Annes Gualberto, 288, Centro, município de Gravatal, Estado de Santa Catarina.

Em 28 de Novembro de 2008 a CERGRAL assinou contrato com a ANEEL, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Autorizados a atuar em 6 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, atende o município de Gravatal e pequenas partes dos municípios de: Imaruí, Armazém, Capivari de Baixo, Laguna e Tubarão. A área de concessão totaliza 180,10 km².

A CERGRAL presta os melhores serviços há mais de 50 anos e para isso valoriza o corpo funcional focando:

- Cargos e Salários;
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;
- Investimento em Treinamento Técnico;
- Programa de Qualidade Total e;
- Segurança e Medicina no Trabalho.

A CERGRAL segue a política de qualidade, buscando a melhoria continua na coleta de dados dos indicadores de continuidade individual e coletivo, através da capacitação e treinamento dos seus colaboradores, para atender os requisitos regulamentares do cliente, expectativas dos associados e demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Para o bom desempenho e a qualidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Gravatal e sua arrecadação é realizada em cobrança integrada disponível em diversas agências bancárias em nível nacional.

O número de colaboradores efetivos em 31 de dezembro de 2015 era de 37 e o número de consumidores associados e não associados atendidos foram de 5.832.

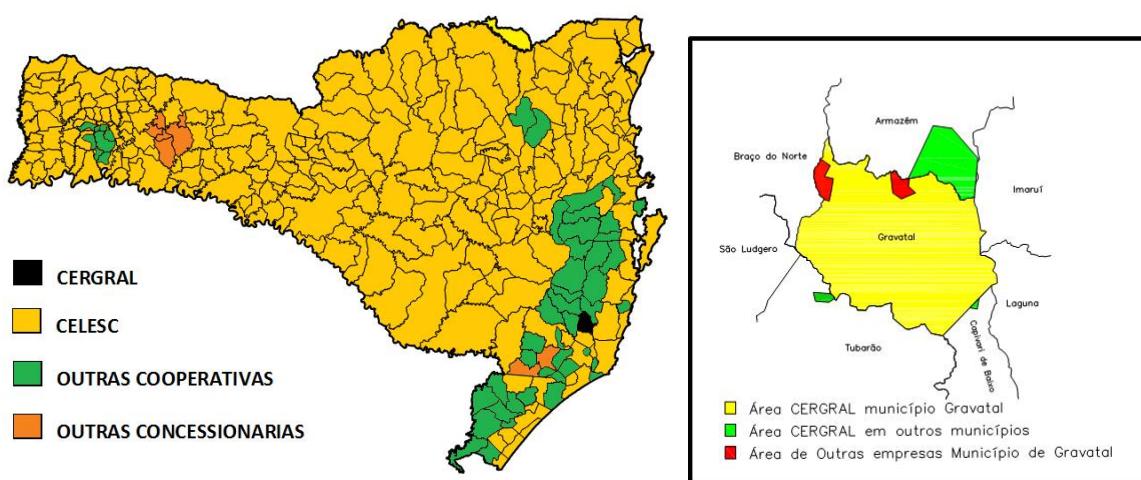
A CERGRAL tem seu sistema de distribuição composto conforme tabela a seguir:

Composição do Sistema de Distribuição	
Redes de Distribuição - Projeção em Solo (Km)	309,64
Postes (Unidades)	7.091
Transformadores (Unidades)	468
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	13.116

1.1.03 – POSICIONAMENTO NO SETOR EM SC

A Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina – FECOERUSC, é a entidade que congrega as 22 filiadas, cooperativas de eletrificação rural de Santa Catarina. O cooperativismo tem sido parceiro e agente do desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. O governo se valeu do cooperativismo como instrumento para captar os recursos e executar os projetos de eletrificação rural. A união das cooperativas, e a crescente necessidade de se organizarem e de interagir com outras entidades, em 25/11/1973 foi criada a FECOERUSC. A FECOERUSC tem por objetivo a congregação de esforços visando defender os múltiplos interesses das filiadas.

O mapa abaixo demonstra a localização da área de permissão da CERGRAL assim como das outras cooperativas e concessionárias, sendo a CELESC a principal concessionária do estado de Santa Catarina.



A tabela abaixo demonstra o posicionamento da CERGRAL em relação às 22 cooperativas de distribuição de energia elétrica de Santa Catarina e a CELESC Distribuição, quanto a energia elétrica faturada e a quantidade de unidades consumidoras conforme dados disponíveis até 31 de dezembro de 2014.

Em 2014						
Distribuidora	GWh	%	%	Consumidores	%	%
CELESC	17.507	100,00%		2.679.787	100,00%	
COOPERATIVAS/SC (22)	1.509	9%	100%	225.254	8%	100%
CERGRAL	23	0,1%	1,5%	5.674	0,2%	2,5%

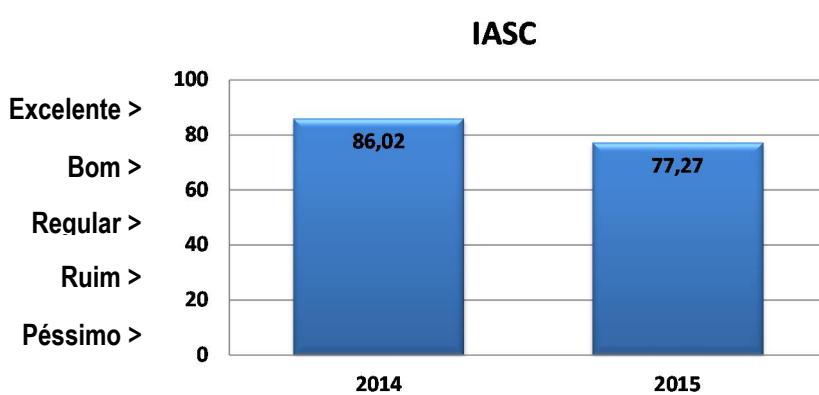
Em 2013						
Distribuidora	GWh	%	%	Consumidores	%	%
CELESC	22.102	100,00%		2.589.464	100,00%	
COOPERATIVAS/SC (22)	1.359	6%	100%	217.845	8%	100%
CERGRAL	21	0,1%	1,5%	5.479	0,2%	2,5%

Em 2014 no ranking das 22 cooperativas catarinenses de distribuição de energia, a CERGRAL ocupou a 19º colocação em quantidade de energia distribuída e 14º colocação em quantidade de unidades consumidoras.

1.1.04 – RECONHECIMENTO

O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC é apurado anualmente desde 2000 e transformou-se em premiação a partir de 2002, em reconhecimento às Distribuidoras mais bem avaliadas por seus consumidores.

A partir de 2014 a ANEEL passou a realizar a pesquisa do IASC também com as permissionárias, passando a avaliar a satisfação do consumidor residencial com essas cooperativas. Segundo relatório da ANEEL, em 2015 foi realizado 150 entrevistas na área de permissão da CERGRAL, onde segundo metodologia e cálculos da ANEEL, a CERGRAL obteve um índice de 77,27 considerado Excelente pelos níveis da pesquisa.



Entre as permissionárias com até 10 mil unidades consumidoras do Brasil, a CERGRAL se classificou na 5ª posição na pesquisa IASC 2015.

1.1.05 – ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Estatuto Social da cooperativa é o documento que define o seu funcionamento. É aprovado em Assembleia Geral, órgão supremo, que determina e autoriza a aplicação das regras de funcionamento.

A igualdade se consolida na disposição estatutária quando define que independentemente do número de quotas parte de capital que tenha o associado, este terá direito a um único voto nas assembleias.

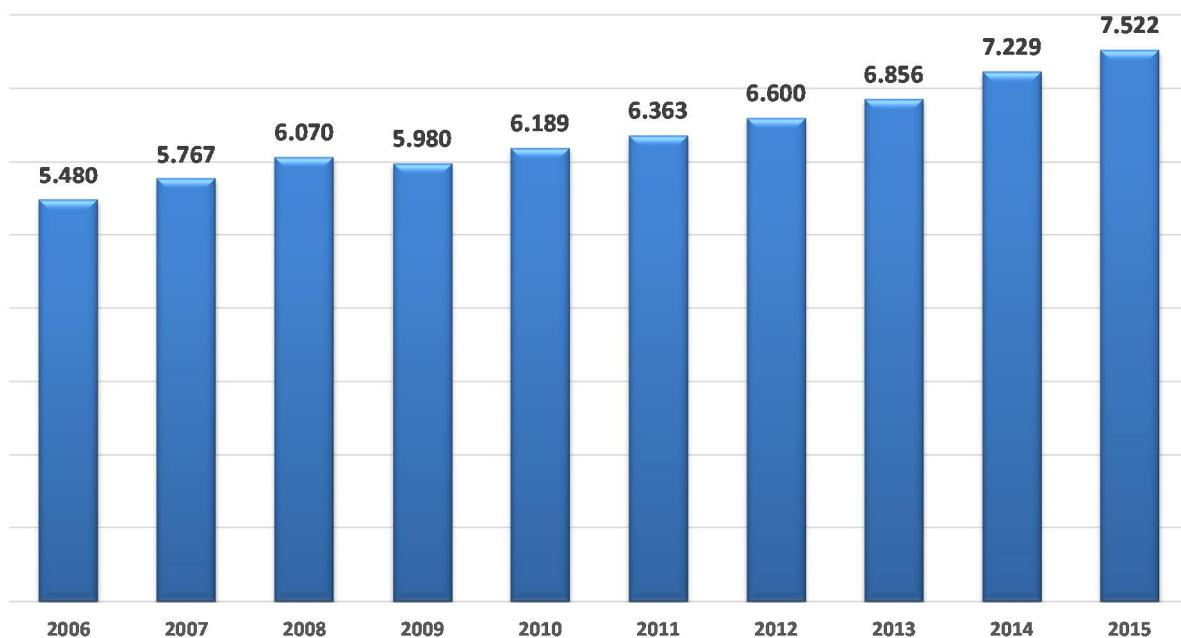
1.2– CENÁRIO COOPERATIVISTA

1.2.01 - CAPITAL SOCIAL E NÚMERO DE ASSOCIADOS

Exercício	Número de Associados	Capital			Valores em R\$
		Subscrito	Integralizado	A Integralizar	
2006	5.480	3.650,00	3.650,00	0,00	
2007	5.767	2.870,00	2.870,00	0,00	
2008	6.070	3.030,00	3.020,00	10,00	
2009	5.980	2.590,00	2.590,00	0,00	
2010	6.189	4.740,88	4.730,88	10,00	
2011	6.363	5.535,76	5.515,76	20,00	
2012	6.600	5.970,82	5.960,82	10,00	
2013	6.856	1.475,00	1.475,00	0,00	
2014	7.229	1.940,00	1.935,00	5,00	
2015	7.522	1.530,00	1.520,00	10,00	

Em 2015 foram admitidos 365 novos associados, 55 foram admitidos por transferência de capital e ainda houve a demissão de 72 associados. O Capital Social teve um acréscimo por subscrição no valor de R\$ 1.530,00.

Número de Associados por Exercício



1.2.02 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Para melhorar ainda mais a qualidade da energia fornecida aos associados, proporcionando estabilidade ao seu sistema elétrico, a CERGRAL construiu, ampliou e reformou 19,198 km de redes nas localidades abaixo relacionadas:

Construção/Ampliação/Reforma das redes em 2015		
Localidade	Metros	Km
Baixadinha/São Bento	190	0,190
Bela Vista	1.169	1,169
Caeté	365	0,365
Ilhota	80	0,080
Indaial	1.060	1,060
Pouso Alto	2.170	2,170
Praça	280	0,280
Riacho/Lomba	4.000	4,000
São Miguel	849	0,849
São Roque/São José	1.160	1,160
Sanga da Areia	80	0,080
Sertão dos Medeiros	264	0,264
Termas	1.100	1,100
Tiradentes	1.050	1,050
Varzea das Canoas	5.381	5,381
Total	19.198	19,198

Extensão das redes em Km - Projeção em solo			
Localização da Rede	2015	2014	Variação
Área Rural	253,62	251,13	0,99%
Área Urbana	56,02	54,91	2,02%
Total	309,64	306,04	1,18%

Número consumidores por Km - 2015		
Localização dos Consumidores	Consumidores	Por Km
Área Rural	3.227	12,72
Área Urbana	2.605	46,50
Total	5.832	
		Média Geral
		18,83

OBS: Base Dezembro

Cumpre-nos também o dever de informar aos nossos associados que todo planejamento de 2015 e as programações executadas se constituíram em reformas, ampliações e construções de novas redes e manutenção preventiva no setor de iluminação pública. Estas são ações que nos dão total tranquilidade no suprimento de energia pela CERGRAL, atendendo nossa demanda e permitindo que nosso município possa desenvolver-se continuamente.

Estas providências foram tomadas com senso de responsabilidade do nosso conselho de administração fazendo-nos lembrar em muito a motivação dos fundadores da cooperativa no sentido de bem servir nossa gente.

1.2.03 - ATIVIDADES SOCIAIS

Principais atividades sociais desenvolvidas no decorrer do exercício de 2015:

- Disponibilização de mão de obra gratuita para manutenção e pequenos reparos, para os estabelecimentos de Ensino do nosso município que procuraram a CERGRAL.
- Apoio as Instituições Religiosas para divulgação de seus eventos.
- Apoio as instituições relacionadas a Educação no Trânsito e Meio Ambiente.
- Integrantes da diretoria e associados também foram agraciados com palestras motivacionais.
- O seguro denominado “Plano Família”, mantido com recursos dos associados e também com uma parcela do FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e garantido pela Mutual Cia de Seguros e posteriormente pela Unimed Seguros, repassou R\$ 186.438,14 a 76 famílias de associados, proporcionando a estas famílias um sepultamento digno a seus entes queridos.
- A CERGRAL também com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP priorizou a capacitação e treinamentos ao seu quadro de colaboradores, não apenas para melhor servir nossos consumidores, mas também para atender as demandas regulamentares.

1.2.04 - ORGANIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO E GERENCIAMENTO

Na área operacional para o atendimento das atividades regulatórias e o cumprimento da legislação do setor elétrico a CERGRAL busca constantemente esforço para atingir um modelo de gestão mais arrojado em termos técnicos, com recursos humanos mais capacitados, apesar do modesto contexto socioeconômico local e para que todas as exigências da ANEEL a rigor sejam cumpridas.

A CERGRAL continua implantando medidas e ações visando manter a certificação da ISO 9001 alcançada em 2012, e também a ISO 10002 para cumprir todas as exigências da qualidade dos nossos serviços, para que os níveis de continuidade e tensão de energia sejam mantidos no patamar das exigências do setor elétrico.

1.2.05 – PLANEJAMENTO

No decorrer do exercício de 2015, o planejamento foi realizado de acordo com os respectivos recursos destinados. Algumas metas na área de reformas de redes ficaram pendentes, e continuaram inseridas no planejamento para 2016. Rede Morro Seco/Nossa Senhora de Fátima e construção de passagem subterrânea de alta tensão para viabilizar construção de viaduto sobre a Rodovia SC 370 em Termas do Gravatal.

Consta em nosso planejamento para 2016 a necessidade de investimentos nos setores de medição, expansão e ampliação de redes, na aquisição de transformadores e mais um religador micro processado 630 amperes, classe 15KV. O recabeamento da rede Riacho/São Roque em ramais de ligações os quais somam aproximadamente R\$ 750.000,00 de investimento previsto com recursos próprios.

1.3 – CENÁRIO PERMISSIONÁRIA

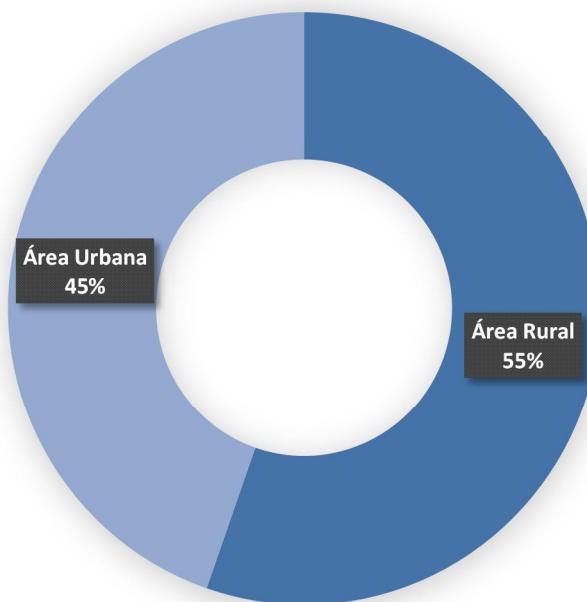
1.3.01 - DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Atualmente (base dezembro de 2015), a CERGRAL possui 5.832 consumidores dos quais 45% estão localizados na área urbana e 55% na área rural, não registrando consumidor com status de “Consumidor Livre”.

Localização dos Consumidores	Número de Consumidores			
	2015	2014	Variação	
Área Rural	55%	3.227	57%	3.207
Área Urbana	45%	2.605	43%	2.467
Total	100%	5.832	100%	5.674

OBS: Base Dezembro

Localização dos Consumidores



1.3.02 - LIGAÇÃO DE CONSUMIDORES

No ano de 2015 houve um acréscimo de 158 unidades consumidoras, totalizando 5.832 unidades consumidoras atendidas durante o ano.

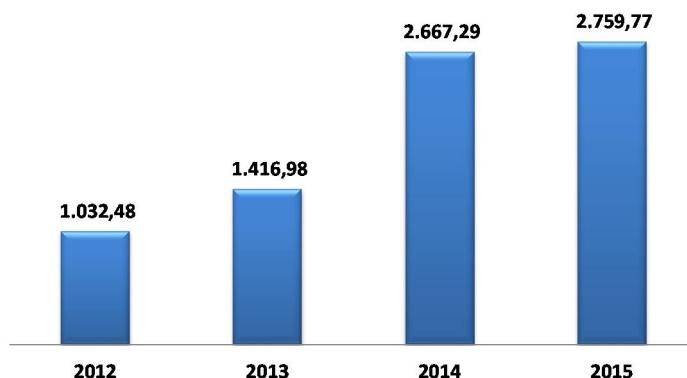
1.3.03 - COMPORTAMENTO DO MERCADO

1.2.03.01 - Suprimento

A CERGRAL não possui geração de energia. Toda a energia comercializada é obtida através da aquisição junto a principal concessionária do estado de Santa Catarina, CELESC Distribuidora S.A.

Descrição	2015	2014	Variação	Valores em R\$ mil
Energia elétrica comprada para revenda	46%	1.264,08	38%	1.012,27
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	5%	144,73	5%	131,67
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	49%	1.350,96	57%	1.523,35
Total do custo da energia elétrica adquirida	100%	2.759,77	100%	2.667,29
				3,47%

Custo da Energia Adquirida (R\$ mil)

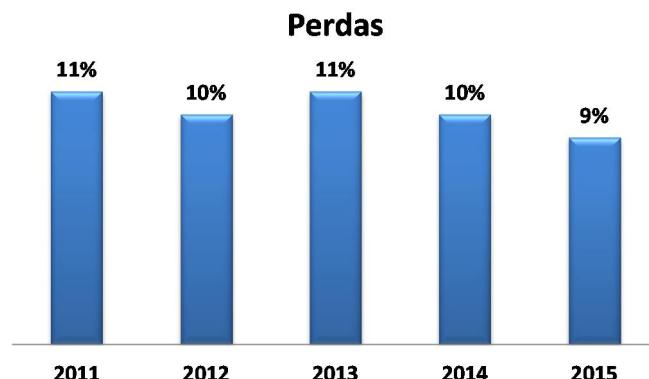


1.2.03.02 – Balanço Energético

Através do Balanço Energético, apuram-se as perdas de energia elétrica. As perdas se subdividem em Perdas Técnicas e Perdas Não Técnicas.

Descrição	2015	2014	Variação	Em GWh
(+) Energia elétrica adquirida Celesc	98%	24,49	-0,49%	24,61
(+) Energia elétrica adquirida Proinfa	2%	0,60	11,11%	0,54
(=) Total da energia elétrica adquirida	100%	25,09	-0,24%	25,15
(-) Energia elétrica distribuída	91%	22,77	0,18%	22,73
(=) Perdas na distribuição	9%	2,32	-4,13%	2,42

OBS: Energia elétrica (medida)



As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGRAL são de 9,74%.

1.3.04 - DISTRIBUIÇÃO DIRETA POR CLASSE DE CONSUMO

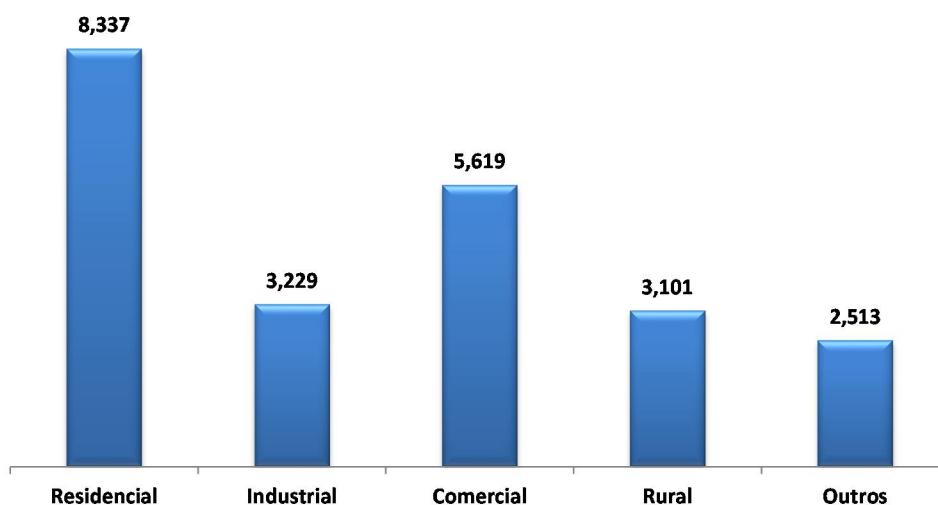
O mercado da CERGRAL é representado por 100% de consumidores cativos, o qual apresentou um decréscimo de -0,35% quando comparado com o desempenho do exercício anterior. A classe industrial foi a que apresentou maior crescimento com 4,77%. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2015	2014	Variação
Residencial	36% 8,337	36% 8,316	0,25%
Industrial	14% 3,229	13% 3,082	4,77%
Comercial	25% 5,619	25% 5,783	-2,84%
Rural	14% 3,101	15% 3,256	-4,76%
Outros	11% 2,513	11% 2,441	2,95%
Total	100% 22,799	100% 22,878	-0,35%

OBS: Energia elétrica (faturada)

Consumo em GWh



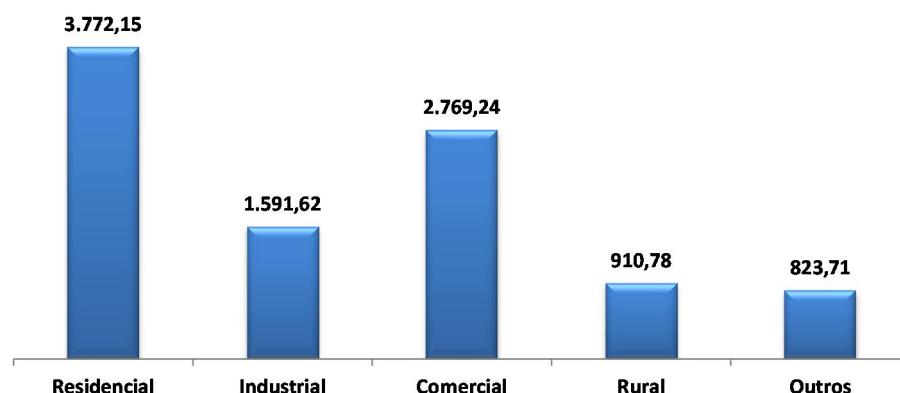
1.3.05 - RECEITA

A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício importou em R\$ 9.867,50 (R\$/mil), conforme tabela a seguir:

Classe	2015	2014	Receita Bruta em R\$ mil	Variação
Residencial	38%	3.772,15	3.070,52	22,85%
Industrial	17%	1.591,62	1.253,07	27,02%
Comercial	28%	2.769,24	2.301,46	20,33%
Rural	9%	910,78	732,39	24,36%
Outros	8%	823,71	614,38	34,07%
Total	100%	9.867,50	7.971,82	23,78%

OBS: Energia elétrica (faturada)

Receita Bruta em R\$ mil

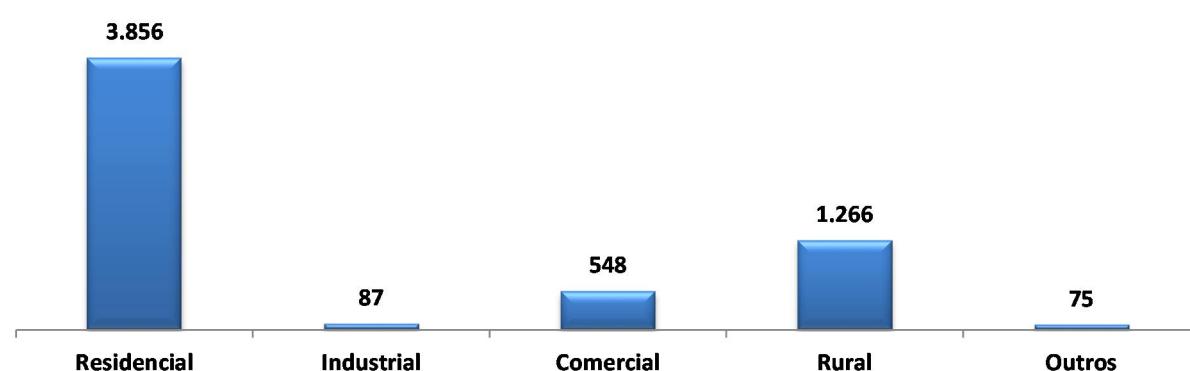


1.3.06 - NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número de consumidores para os quais foi comercializada energia elétrica no ano de 2015 apresentou um crescimento de 2,78% em relação ao ano anterior, como se observa na tabela a seguir:

Classe	Número de Consumidores			
	2015		2014	Variação
Residencial	66%	3.856	65%	3.709
Industrial	1%	87	1%	85
Comercial	9%	548	9%	531
Rural	23%	1.266	24%	1.279
Outros	1%	75	1%	70
Total	100%	5.832	100%	5.674
OBS: Energia elétrica (faturada)				

Número de Consumidores



O número de consumidores que compõem as classes industrial, comercial e outros somam 710, representando 12% do total de consumidores. Estes consumidores são responsáveis por 53% da receita da cooperativa.

Classe	Receita Bruta em R\$ mil			
	2015			
Residencial, Rural	88%	5.122	47%	4.682,94
Industrial, Comercial, Outros	12%	710	53%	5.184,56
Total	100%	5.832	100%	9.867,50

Classe	Receita Bruta em R\$ mil			
	2014			
Residencial, Rural	88%	4.988	48%	3.802,91
Industrial, Comercial, Outros	12%	686	52%	4.168,91
Total	100%	5.674	100%	7.971,82

1.3.07 – TARIFAS

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

No Brasil as tarifas de energia elétrica são do tipo “Price Cap” (tarifa pelo preço). Nesse regime regulatório, o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme características específicas também de cada área de concessão ou permissão.

O conjunto das tarifas aplicadas aos consumidores finais por classe de consumo, no mercado da permissionária, forma a receita requerida, necessária ao equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão ou permissão.

1.3.07.01 – Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2015 era de R\$ 342,48/MWh, com aumento de 24% com relação a dezembro de 2014.

Tarifa Média de Fornecimento - Em R\$/MWh			
Classe	2015	2014	Variação
Residencial	373,56	303,59	23,05%
Industrial	369,71	304,95	21,24%
Comercial	370,18	298,96	23,82%
Rural	254,34	194,03	31,08%
Outros	252,46	194,50	29,80%

OBS: Sem ICMS

1.3.07.02 – Abertura das Tarifas por Classes

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcela “A” (suprimento, encargos setoriais e impostos), e os custos gerenciáveis ou Parcela “B” (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica).

Valores em R\$ mil						
Composição da Tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Outros
Receita com a Tarifa aplicada	3.772,15	1.591,62	2.769,24	910,78	154,37	669,33
(-) Impostos	702,11	415,15	719,05	138,71	26,69	176,08
PIS	7,93	3,07	5,35	2,95	0,32	2,07
COFINS	36,61	14,18	24,67	13,62	1,50	9,54
ICMS	657,57	397,90	689,03	122,14	24,87	164,47
(-) Encargos Setoriais	367,48	142,32	247,66	136,68	15,03	95,73
Fiscalização	7,66	2,97	5,16	2,85	0,31	1,99
P&D/PEE	26,76	10,36	18,03	9,95	1,09	6,97
CDE	140,75	54,51	94,86	52,35	5,76	36,67
Bandeira	192,31	74,48	129,61	71,53	7,87	50,10
(-) Custo da energia	1.009,18	390,86	680,16	375,37	41,28	262,92
Energia	462,24	179,03	311,54	171,93	18,91	120,43
PROINFA	52,93	20,50	35,67	19,69	2,16	13,79
TUSD	494,01	191,33	332,95	183,75	20,21	128,70
(=) Residual (Custos gerenciáveis)	1.693,38	643,29	1.122,37	260,02	71,37	134,60

Parcela	2015	2014	Variação
Parcela A	60% 5.942,46	57% 4.563,66	30%
Parcela B	40% 3.925,03	43% 3.408,17	15%
Tarifa Aplicada	100% 9.867,49	100% 7.971,83	24%

1.3.07.03 – Análise da Tarifa

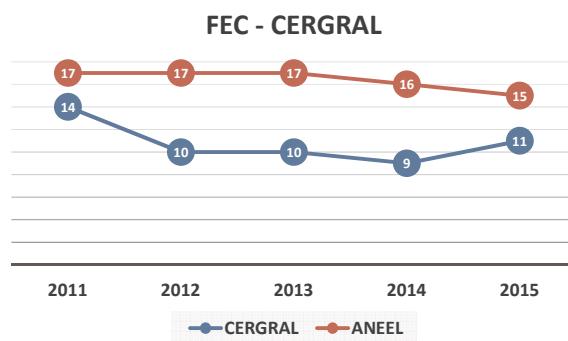
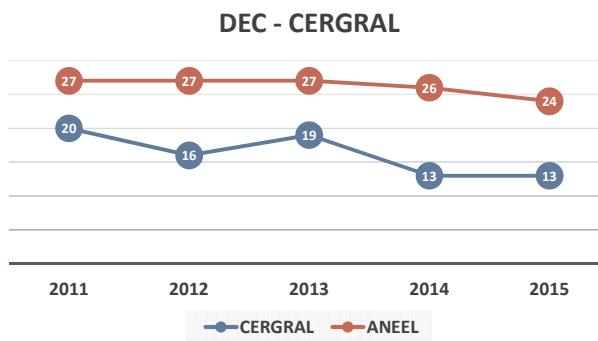
Analisando as tarifas da CERGRAL observa-se que o valor dos custos gerenciáveis (Parcela B) por consumidor aumentou em 12% em relação ao ano anterior. As tarifas de modo geral, por consumidor, ficaram 20% superiores em relação ao ano 2014.

Custos	2015	2014	Variação (%)
(=) Custo Não Gerenciável p/ Consumidor (A)	1.018,94	804,31	27%
(=) Custo Gerenciável p/ Consumidor (B)	673,02	600,66	12%
(=) Receita por Consumidor	1.691,96	1.404,97	20%

1.3.08 – QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor, e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor. A evolução desses indicadores é apresentada na tabela abaixo:

Ano	DEC (Tempo/Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (Horas)
2011	20	14	2:43
2012	16	10	1:34
2013	19	10	1:56
2014	13	9	2:16
2015	13	11	1:36



1.3.09 - ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

A CERGRAL não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

1.3.10 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A administração da CERGRAL se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CERGRAL mantém uma página na rede mundial de computadores (www.CERGRAL.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

1.3.11 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

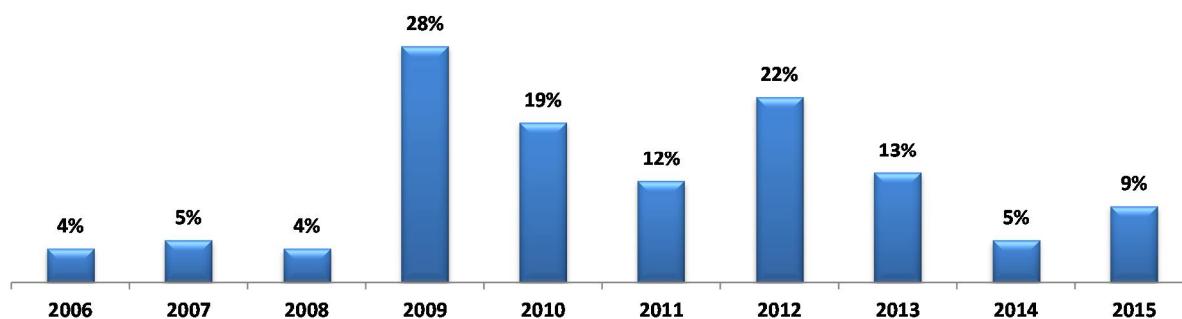
Em 2015, o resultado líquido foi de R\$ 752,54 (R\$/mil) contra um resultado líquido de R\$ 378,05 (R\$/mil) em 2014, ocasionando um aumento no resultado líquido. A Receita Operacional Líquida – ROL (Societária) atingiu R\$ 8.023,38 (R\$/mil) enquanto que em 2014 foi de R\$ 7.264,39 (R\$/mil).

As Despesas Operacionais (societária) totalizaram em 2015 R\$ 1.524,88 (R\$/mil) sendo superior a 2014. O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 4,83% em relação a 2014.

Lucro(Sobra) Líquido Últimos Anos - Em R\$ mil			
Exercício	Valor	%	
2006	172,37	4%	
2007	223,18	5%	
2008	207,54	4%	
2009	1.225,05	28%	
2010	1.052,51	19%	
2011	638,59	12%	
2012	1.374,90	22%	
2013	816,62	13%	
2014	378,06	5%	
2015	752,54	9%	

OBS: % Com base na ROL

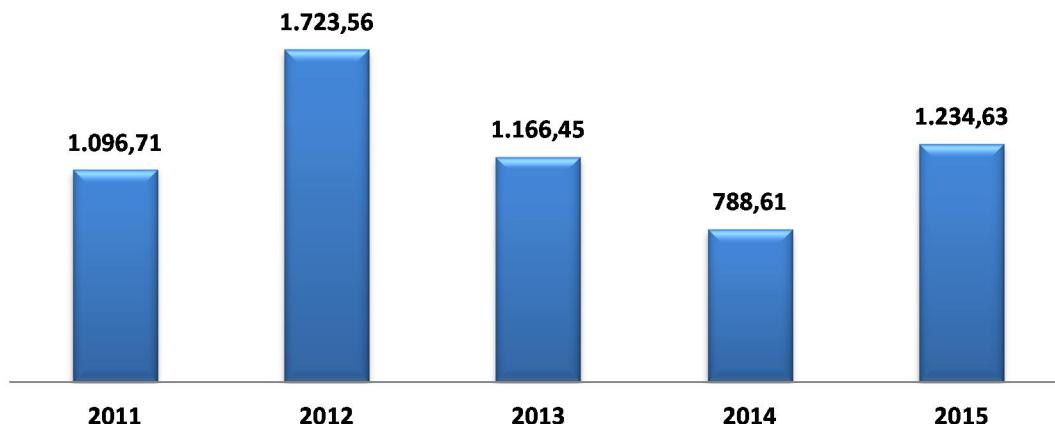
Lucro Líquido - Ultimos Anos



O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.234,63 (R\$/mil) superior em 56,56% a 2014, que foi de R\$ 788,61 (R\$/mil) conforme variação abaixo:

Reconciliação do Resultado Operacional	2015	2014	Variação
Resultado Operacional	496,55	226,32	119,40%
(+/-) Resultado Financeiro	387,86	216,68	79,00%
(+) Depreciação e Amortização	350,22	345,61	1,33%
EBITDA	1.234,63	788,61	56,56%

EBITDA ou LAJIDA



1.3.12 - INVESTIMENTOS

Em 2015, os investimentos da CERGRAL importaram em R\$ 846,48 (R\$/mil) sendo 33,04% superior em relação a 2014, conforme a seguir:

Classe	2015	2014	Variação
Investimentos	0,00	0,00	0,00%
Intangíveis	0,00	0,00	0,00%
Terrenos	0,00	0,00	0,00%
Edificações	0,00	39,99	-100,00%
Máquinas e Equipamentos	803,60	596,28	34,77%
Veículos	42,88	0,00	0,00%
Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00%
Total	846,48	636,27	33,04%

1.3.13 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

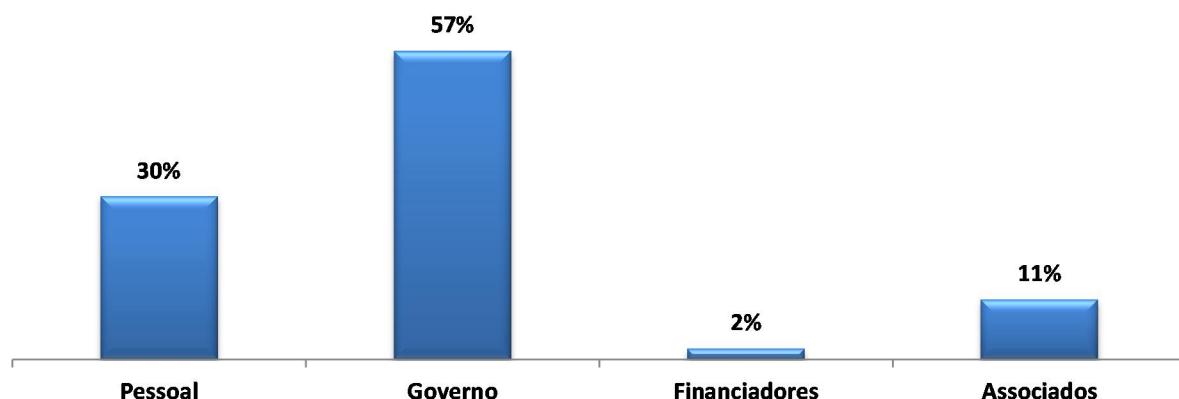
Os investimentos de 2015 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

1.3.14 - VALOR ADICIONADO

Em 2015, o valor adicionado gerado como riqueza pela CERGRAL foi de R\$ 6.715,94 (R\$/mil) representando 59,93% da Receita Operacional Bruta (societária), com a seguinte distribuição:

Distribuição	Valor	Valor Adicionado em 2015 - Em R\$ mil
	%	
Pessoal	1.990,08	30%
Governo	3.817,68	57%
Financiadores	155,64	2%
Associados	752,54	11%
Total	6.715,94	100%

Distribuição do Valor Adicionado - 2015



1.3.15 - RELAÇÃO COM O MERCADO

A CERGRAL busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CERGRAL é atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CERGRAL pretende ser a melhor empresa nos serviços que presta reconhecida por seus resultados obtidos, mantendo-se competitiva.

A CERGRAL busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade, junto aquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparéncia e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida.

1.4 – A CERGRAL EM NÚMEROS

1.4.01 - Atendimento	2015	2014	Variação
Número de consumidores	5.832	5.674	2,78%
Número de empregados	37	37	0,00%
Número de consumidores por empregado	158	153	3,27%
Número de diretores	16	17	-5,88%
Número de municípios atendidos	6	6	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	6	6	0,00%

1.4.02 - Mercado	2015	2014	Variação
Área de concessão (Km2)	180,1	201	-10,40%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5.722	5.729	-0,12%
Distribuição direta (GWh)	23,04	22,88	0,70%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	8.337,46	8.316,09	0,26%
Tarifa médias fornecimento (R\$ por MWh)	342,62	275,37	24,42%
População atendida (IBGE)	10.635	10.635	0,00%

1.4.03 - Financeiros	2015	2014	Variação
Receita operacional bruta (R\$/mil)	11.206,72	9.140,45	22,61%
Receita operacional líquida (R\$/mil)	8.023,38	7.264,39	10,45%
Lucro líquido (R\$/mil)	752,54	378,05	99,06%
Patrimônio líquido (R\$/mil)	8.813,37	8.407,40	4,83%

1.4.04 - Performance	2015	2014	Variação
Custo Médio por Funcionário (R\$)	4.937,96	4.579,79	7,82%
Energia Comprada por funcionário (MWh)	678,108	683,611	-0,80%
Energia Comprada por consumidor (MWh)	4,302	4,337	-0,81%

1.4.05 - Capacidade de pagamento	2015	2014	2013	Conceito	Parâmetro
Liquidez imediata	0,67	0,64	1,00	Capacidade de pagamento de todo passivo circulante apenas com disponibilidades.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no disponível.
Liquidez corrente	1,94	2,30	2,78	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Endividamento geral	0,27	0,22	0,16	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Para cada R\$ 1,00 no patrimônio líquido, a empresa tem de dívida.
Endividamento de curto prazo	75%	69%	67%	Indica quanto da dívida total da empresa deverá ser paga a curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, o percentual desta que será pago a curto prazo é.

1.4.06 - Atividade	2015	2014	2013	Conceito	Parâmetro
Giro do ativo (vezes)	1,00	1,11	1,03	É a quantidade de vezes que a empresa consegue transformar o ativo em vendas	Quanto mais giro melhor.
Giro do PL (vezes)	0,79	0,92	1,01	É a quantidade de vezes que a empresa consegue transformar o capital próprio em vendas	Quanto maior melhor.
Margem bruta	25%	22%	33%	Lucro bruto percentual obtido em cada venda (antes dos juros e impostos)	Quanto maior melhor.
Margem operacional	6%	3%	13%	Lucro operacional percentual obtido em cada venda (antes dos juros e impostos)	Quanto maior melhor.
Margem líquida	9%	5%	13%	Lucro final percentual obtido em cada venda	Quanto maior melhor.
Rentabilidade do ativo - bruta	8%	4%	10%	Representa a capacidade operacional de geração de lucro antes dos impostos e do resultado financeiro	Quanto maior melhor.
Rentabilidade do PL	9%	4%	11%	Representa a remuneração do capital próprio. Indicador final de rentabilidade.	Quanto maior melhor.

1.4.07 - Eficiência social e política	2015	2014	2013	Conceito
Faturamento por consumidor	1.691,96	1.404,97	1.259,27	Indica o valor do faturamento bruto por consumidor da cooperativa
Participação na atividade	78%	78%	80%	Indica o percentual de consumidores em relação ao total de associados.
Composição do capital	206,40	214,56	194,76	Indica qual o valor médio de capital cada sócio tem na cooperativa
Grau de representatividade	0,2%	0,2%	0,2%	Indica o percentual dos sócios conselheiros e administradores em relação ao total de associados

1.4.08 - Outros	2015	2014	2013	Conceito
Folha de pagamento s/Faturamento	25%	25%	26%	Indica quanto representa o valor da folha de pagamento em relação ao faturamento bruto da cooperativa
Tributos s/Faturamento	23%	22%	22%	Indica quanto representa os tributos sobre o faturamento bruto da cooperativa
Encargos Setoriais	10%	2%	4%	Indica quanto representa os encargos setoriais sobre o faturamento bruto da cooperativa
Suprimento de Energia	28%	33%	20%	Indica quanto representa o suprimento de energia sobre o faturamento bruto da cooperativa
TOTAL DOS ITENS	86%	82%	72%	Indica o quanto representa a soma dos itens: folha, tributos, encargos setoriais

1.5 – BALANÇO SOCIAL

1.5.01 – RECURSOS HUMANOS

Em 2015 a CERGRAL desenvolveu seu papel social proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente no ensino superior através de recursos do SESCOOP.

A CERGRAL proporciona para todos os seus colaboradores: auxílio-alimentação, planos de saúde, odontológicos e seguro de vida. Ainda para lazer dos colaboradores, realiza eventos tais como jogos de futebol, jantares e outros. Como forma de reconhecimento foram realizados almoços festivos em maio e dezembro de 2015 para comemoração do dia do trabalhador e Natal respectivamente.

1.5.02 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CERGRAL sempre busca colaborar com a comunidade Gravatalense, através de patrocínios às escolas e associações comunitárias. Auxílio ao município de Gravatal-SC com os preparativos para o Natal, através da instalação da iluminação e decoração: nas igrejas, nas praças e nas principais ruas, onde a população pode fazer visitação e assistir shows natalinos.

CIPA CERGRAL: Os membros da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, realizaram reuniões mensais no escritório da cooperativa, tendo como objetivo cumprir a Norma Regulamentadora n.º 5, abordando assuntos como: identificação dos riscos de cada função, fiscalização do uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção; e divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem como objetivo solucionar problemas de segurança e saúde.

1.5.03 - BALANÇO SOCIAL

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal
CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2015			2014		
	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Receita Líquida (RL)	8.023,38			7.264,39		
Resultado Operacional (RO)	496,55			226,32		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.482,18			2.241,75		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	543,53	21,90%	6,77%	485,74	21,67%	6,69%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	32,00	1,29%	0,40%	34,43	1,54%	0,47%
Alimentação	131,34	5,29%	1,64%	80,63	3,60%	1,11%
Outros - Seguros	8,20	0,33%	0,10%	4,05	0,18%	0,06%
Total - Indicadores Laborais	715,07	28,81%	8,91%	604,85	26,98%	8,33%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.183,34	641,09%	39,68%	1.876,06	828,94%	25,83%
Total - Indicadores Sociais	3.183,34	641,09%	39,68%	1.876,06	828,94%	25,83%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	37			37		
Admissões durante o período	1			2		
Demissões durante o período	1			0		
Empregados acima de 45 anos	15			15		
Mulheres que trabalham na empresa	6			6		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,6			9,3		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		

1.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.6.01 - AGRADECIMENTOS

Diante dos resultados obtidos, a administração da CERGRAL agradece inicialmente aos seus associados e consumidores que são a razão da sua manutenção e ajudam a fazer dela uma empresa motivo de orgulho para o município de Gravatal. Agradece também as entidades de classe das quais participa FECOERUSC, OCESC, SESCOOP e INFRACOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever, agradece ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões mais importantes para a sociedade. E finalmente agradece as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmonioso e esclarecedor contato.

Estamos certos de mais uma vez termos caminhado com êxito, e com ânimo renovado, iniciaremos 2016 com a missão de evoluir ainda mais.

1.6.02 - COMPOSIÇÃO DO GRUPO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente:	João Vanio Mendonça Cardoso
Vice-Presidente:	Marcelino Correa de Souza
Secretário:	Ailton da Silva Moraes
Conselheiro Efetivo:	Antonio Cesar Calegari Correa
Conselheiro Efetivo:	Carlos Santos Pinto
Conselheiro Suplente:	Sidnei José Fernandes
Conselheiro Suplente:	Dijalmo Zapelini Machado

REPRESENTANTES JUNTO A FECOERUSC

Representante Efetivo:	Voldinei Correa Mendes
Representante Efetivo:	Fabricio de Oliveira Machado
Representante Suplente:	João de Oliveira Martins
Representante Suplente:	Dilnei Rafael de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Efetivo:	Anísio de Aguiar
Conselheiro Efetivo:	Edson Cardoso dos Santos
Conselheiro Efetivo:	Vilmar Antonio Bardini
Conselheiro Suplente:	Antonio de Bona Zanelato
Conselheiro Suplente:	Marcio Batista Monteiro
Conselheiro Suplente:	Marcos Medeiros

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal
CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
I - Balanço Patrimonial
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2015	2014
<u>Circulante</u>		<u>3.433,33</u>	<u>2.887,15</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1.188,88	801,06
Consumidores	7	1.498,55	1.178,39
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(26,04)	(11,07)
Impostos e Contribuições Sociais	10	74,79	64,15
Estoques	11	39,01	38,71
Ativos Regulatórios	12	132,32	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente		6,10	6,38
Outros Créditos	9	519,72	809,53
<u>Não Circulante</u>		<u>7.736,10</u>	<u>7.246,06</u>
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>3.570,72</u>	<u>2.924,18</u>
Ativo Indenizável (Permissão)	13	3.563,44	2.910,27
Impostos e Contribuições Sociais	10	7,28	13,91
Investimentos	14	7,28	7,28
Intangível	15	4.158,10	4.314,60
TOTAL DO ATIVO		<u>11.169,43</u>	<u>10.133,21</u>

PASSIVO	NE	2015	2014
<u>Circulante</u>		<u>1.770,07</u>	<u>1.256,14</u>
Fornecedores	16	0,08	159,66
Impostos e Contribuições Sociais	10	317,90	186,49
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	17	183,86	142,49
Encargos do Consumidor a Recolher	18	488,47	8,87
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	19	95,83	164,74
Passivos Regulatórios	12	126,32	0,00
Outras Contas a Pagar	20	557,61	593,89
<u>Não Circulante</u>		<u>585,99</u>	<u>469,67</u>
Impostos e Contribuições Sociais	10	137,95	38,89
Provisão para Contingências	21	427,19	409,93
Outras Contas a Pagar	20	20,85	20,85
<u>Patrimônio Líquido</u>	22	<u>8.813,37</u>	<u>8.407,40</u>
<u>Capital Social</u>		<u>1.552,58</u>	<u>1.551,04</u>
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>6.762,16</u>	<u>6.508,26</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>5.546,23</u>	<u>5.484,61</u>
<u>Reserva de Resultados a Realizar</u>		<u>1.215,93</u>	<u>1.023,65</u>
<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>		<u>498,63</u>	<u>348,10</u>
<u>Sobras a Disposição da AG</u>		<u>498,63</u>	<u>348,10</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>11.169,43</u>	<u>10.133,21</u>

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal
CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
II - Demonstração do Resultado do Exercício
 (Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2015	2014
Receita Operacional	23	11.206,72	9.140,45
Fornecimento de Energia Elétrica		1.856,43	1.030,04
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		7.985,07	6.936,23
Receita de Construção		733,90	627,33
Outras Receitas Operacionais		631,32	546,85
(-) Deduções da Receita Operacional	24	3.183,34	1.876,06
Tributos Sobre a Receita		2.178,44	1.735,18
Encargos Setoriais		1.004,90	140,88
(=) Receita Operacional Líquida	25	8.023,38	7.264,39
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	26	6.001,95	5.671,37
Energia Elétrica Comprada para Revenda		1.264,08	1.012,27
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		144,73	131,67
Encargo de Uso de Rede Elétrica		1.350,96	1.523,35
Pessoal		1.678,02	1.521,38
Material		272,05	197,80
Serviços de Terceiros		186,46	165,48
Depreciação e Amortização		329,90	324,88
Custo de Contrução		733,90	627,33
Outros Custos		41,85	167,21
(=) Resultado Operacional Bruto		2.021,43	1.593,02
(-) Despesas Operacionais		1.524,88	1.366,70
Despesas com Vendas	26	15,24	5,27
Despesas Gerais e Administrativas	26	1.479,82	1.356,60
Outras Receitas e Despesas Líquidas	27	29,82	4,83
(=) Resultado do Serviço		496,55	226,32
(+) Resultado Financeiro	28	387,86	216,68
Receitas Financeiras		543,50	352,50
Despesas Financeiras		(155,64)	(135,82)
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		884,41	443,00
(-) IRPJ	31	93,34	30,87
(-) CSLL	31	38,53	34,08
(=) Resultado Líquido do Exercício		752,54	378,05

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal

CNPJ 86.449.170/0001-73

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

III - Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Resultado Líquido do Exercício	752,54	378,05
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(253,91)	(29,95)
(+) Reversão de Reservas	270,15	261,67
Reversão da RATES	153,55	140,17
Reversão da Reserva de Manutenção Ampliação e Melhoria	116,60	121,50
(-) Destinações de Resultados às Reservas	(524,06)	(291,62)
Destinações Estatutárias	(331,77)	(168,46)
Reserva Legal	(45,70)	(17,28)
RATES	(126,12)	(90,69)
Reversão da Reserva de Manutenção Ampliação e Melhoria	(159,95)	(60,49)
Reserva de Resultados a Realizar	(192,29)	(123,16)
(=) Resultado Abrangente do Exercício	498,63	348,10

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal
CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria		
<u>Saldo em 31/12/2013</u>	1.339,55	751,43	155,08	4.343,91	900,48	639,32
<u>Aumento de Capital:</u>						
- Por Integralização de Quotas	99,58	-	-	-	-	99,58
- Por Incorporação de Sobras (AGO)	111,92	-	100,00	227,41	-	(439,33) 0,00
<u>Destinação do Resultado - AGO</u>						
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	0,00
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(200,00) (200,00)
<u>Aumento de Reservas</u>						
-Ajuste a Valor Justo de Itens do Ativo	-	-	-	-	123,16	(123,16) 0,00
<u>Realização de Reservas</u>						
Por Disposição Estatutária	-	-	(140,18)	(121,50)	-	261,68 0,00
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	378,05 378,05
Destinações Estatutárias	-	17,28	90,69	60,49	-	(168,46) 0,00
<u>Saldo em 31/12/2014</u>	1.551,05	768,71	205,59	4.510,31	1.023,64	348,10
<u>Aumento de Capital:</u>						
- Por Integralização de Quotas	1,53	-	-	-	-	1,53
- Por Incorporação de Sobras (AGO)	-	-	-	-	-	0,00
<u>Destinação do Resultado - AGO</u>						
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	0,00
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(348,10) (348,10)
<u>Aumento de Reservas</u>						
-Ajuste a Valor Justo de Itens do Ativo	-	-	-	-	192,29	(192,29) 0,00
<u>Realização de Reservas</u>						
Por Disposição Estatutária	-	-	(153,55)	(116,60)	-	270,15 0,00
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	752,54 752,54
Destinações Estatutárias	-	45,70	126,12	159,95	-	(331,77) 0,00
<u>Saldo em 31/12/2015</u>	1.552,58	814,41	178,16	4.553,66	1.215,93	498,63

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal
CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
V - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	752,54	378,05
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	643,71	567,32
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14,97	(1,69)
Depreciação e Amortização	363,03	348,95
Baixas do Intangível em Serviço	248,45	205,75
Provisões no Passivo Não Circulante	17,26	14,31
Variações no Ativo	819,87	930,02
Consumidores	320,16	248,12
Impostos e Contribuições Sociais	4,01	(6,05)
Estoque	0,30	(8,86)
Ativos Regulatórios	132,32	-
Despesas Pagas Antecipadamente	(0,28)	(0,24)
Outros Créditos	(289,81)	325,62
Outros Realizáveis	653,17	371,43
Variações no Passivo	612,99	441,69
Fornecedores	(159,58)	(58,02)
Impostos e Contribuições Sociais	230,47	78,56
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	41,37	9,28
Passivos Regulatórios	126,32	-
Encargos do Consumidor a Recolher	479,60	3,89
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(68,91)	60,33
Outras Contas a Pagar	(36,28)	347,65
Total das Atividades Operacionais	1.189,37	457,04
Atividades de Investimento		
Participações Societárias – Outras Cooperativas	-	0,05
Aplicações no Intangível - Obras de Distribuição	387,84	352,40
Aplicações no Intangível - Instalações Gerais	67,14	57,65
Total das Atividades de Investimento	454,98	410,10
Atividades de Financiamento		
Aumentos de Capital	1,53	99,58
Reversão de Sobras - Outras Destinações AG	(348,10)	(200,00)
Total das Atividades de Financiamento	(346,57)	(100,42)
Total dos Efeitos no Caixa	387,82	(53,48)
Saldo Inicial de Caixa	801,06	854,54
Saldo Final de Caixa	1.188,88	801,06
Variação no Caixa	387,82	(53,48)

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal
CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
VI - Demonstração do Valor Adicionado
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas	11.208,46	9.130,35
Venda de Energia	9.841,50	7.966,27
Receita de Construção	733,90	627,33
Prestação de Serviços	26,47	175,46
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-15,24	-5,27
Outros Resultados Operacionais	621,83	366,56
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	4.685,80	4.406,96
<u>Insumos Consumidos</u>	<u>4.685,80</u>	<u>4.406,96</u>
Energia Comprada para Revenda	1.408,81	1.143,94
Encargo de Uso de Rede Elétrica	1.350,96	1.523,35
Outros Insumos Adquiridos	342,42	384,04
Material e Serviços de Terceiros	849,71	728,31
Custo da Construção	733,90	627,32
(=) Valor Adicionado Bruto	6.522,66	4.723,39
(-) Depreciações e Amortizações	(350,22)	(345,61)
(=) Valor Adicionado Líquido	6.172,44	4.377,78
(+) Valor Adicionado Transferido	543,50	352,50
Receitas Financeiras	543,50	352,50
(=) Valor Adicionado a Distribuir	6.715,94	4.730,28
Distribuição do Valor Adicionado:	6.715,94	4.730,28
Pessoal	1.990,08	1.803,83
Remunerações	1.692,78	1.541,48
Encargos Sociais - FGTS	123,89	104,99
Auxílio Alimentação	131,34	109,87
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	42,07	47,49
Governo	3.817,68	2.412,57
Federal	1.745,16	727,55
Estadual	2.068,56	1.679,50
Municipal	3,96	5,52
Financiadores	155,64	135,82
Outros Encargos Financeiros	155,64	135,82
Cooperados	752,54	378,06
Sobras Retidas	752,54	378,06
Valor Adicionado (médio) por Empregado	181,51	127,85

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VII - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERGRAL está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2015, a CERGRAL realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2016.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.632 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

Composição da Receita Requerida:

<u>Parcela A</u>	<u>Parcela B</u>
Encargos Setoriais	Receita Irrecuperável (2.4.7)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.1)	
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.2)	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.8)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.3)	Pessoal
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D e PEE (2.4.4)	Material
	Serviços de Terceiros
	Despesas Gerais e Outras
Encargos de Transmissão (2.4.5)	Despesas de Capital
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.6)	Cotas de Depreciação (2.4.9)
	Remuneração do Capital (2.4.10)

2.4.1. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.2. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.4. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL e se refere à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e

desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

2.4.5. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.6. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.7. Receita Irrecuperável: Parcela da receita que busca compensar a distribuidora por receita considerada irrecuperável. Esta parcela é obtida através de um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

2.4.8. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.9. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.10. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.5. Bandeiras Tarifárias - O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias devam considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio do Submódulo 6.8 do Proret - Bandeiras Tarifárias, revisado pela Resolução Normativa nº 689/2015 de 1º de dezembro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser recolhidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da

energia.

A CERGRAL aplicou para seus consumidores nos meses de julho a dezembro de 2015 a bandeira tarifária vermelha.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos no curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações no curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para

créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios - Em 21 de dezembro de 2015, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL, firmou o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão para Distribuição nº 022/2008-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcada A sob o título de outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da permissão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão e de Permissão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação do concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo.

A Cooperativa efetuou o reconhecimento dos saldos de outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios em contrapartida de Receita de Ativo Regulatório e de Passivo Regulatório, no resultado.

4.6. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à

data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão. Até a edição da MP Nº 579/2012, convertida em Lei Federal nº 12.783/2013, o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da permissão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de permissão. A MP 579/2012 confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão. Consequentemente a Cooperativa ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de Agosto de 2013 através da Nota Técnica ANEEL Nº 373 de 21 de Agosto de 2013.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.8. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do CPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor

recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.12. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Receitas e Despesas - A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Receita Não Faturada – Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao

consumidor e não faturada, e à receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases

negativas de Contribuição Social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados são escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL nota 31.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, são destinados integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber - Consumidores: apresentados na nota 7;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 13;

Outros Ativos: apresentados na nota 9;

Fornecedores: apresentados na nota 16.

5.2. Valor Justo

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Ativo	6.580,92	6.580,92	4.379,50	4.379,50
Caixa e equivalentes de caixa	1.188,88	1.188,88	55,66	55,66
Contas a receber	1.498,55	1.498,55	1.178,39	1.178,39
Ativo Indenizável (Permissão)	3.563,44	3.563,44	2.910,27	2.910,27
Outros	330,05	330,05	235,18	235,18
Passivo	0,08	0,08	159,66	159,66
Fornecedores	0,08	0,08	159,66	159,66

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiro	Total
Instrumentos Financeiros				
Ativo	3.563,44	3.017,48	-	6.580,92
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.188,88	-	1.188,88
Contas a receber	-	1.498,55	-	1.498,55
Ativo Indenizável (Permissão)	3.563,44	-	-	3.563,44
Outros	-	330,05	-	330,05
Passivo	-	-	0,08	0,08
Fornecedores	-	-	0,08	0,08

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade da cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2015	2014
Caixa e Bancos				147,88	55,67
Aplicações no Mercado Aberto					
Banco do Brasil	CDB DI SWAP	17/04/2014	12,78%	647,95	272,52
Banco do Brasil	BB Renda Fixa		9,10%	13,69	1,19
Caixa Econômica Federal	CAIXA FIC		12,51%	67,07	33,93
Sicoob	RDC - CDI	18/09/2014	99% CDI	312,29	437,75
				1.041,00	745,39
				1.188,88	801,06

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate a partir de 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de

competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos Vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	mais 90 dias	2015	2014
Consumidores					
Residencial	437,23	132,07	18,63	587,91	453,50
Industrial	150,24	68,43	0,50	219,15	163,36
Comercial	358,19	64,64	4,42	427,23	351,15
Rural	100,08	19,03	2,87	121,96	109,39
Poder Público	17,32	0,12	-	17,42	31,26
Iluminação Pública	63,71	3,49	-	67,18	40,80
Serviços Públicos	13,29	-	-	13,27	10,65
Parcelamento Energia	18,85	-	-	18,85	-
Serviços Taxados/Outros	15,18	9,51	0,91	25,58	18,28
	1.174,09	297,29	27,33	1.498,55	1.178,39

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2015	2014
Consumidores		
Residencial	18,65	7,38
Industrial	0,50	0,51
Comercial	4,11	1,99
Rural	0,68	0,89
Multa	0,37	0,19
Juros	0,09	0,05
Outros	1,64	0,06
	26,04	11,07

9. Outros Créditos

	2015	2014
<u>Devedores Diversos</u>		
Empregados	29,49	22,79
Adiantamento a Fornecedores	40,74	-
	70,23	22,79
<u>Outros Créditos</u>		
Cheques em Cobrança	286,10	217,38
Consórcio Nacional Volkswagen	35,64	41,95
Outros Títulos e Valores Mobiliários	-	17,80
Diferença Mensal de Receita - DMR	10,61	18,20
Kit Instalação/Padrão Eletrobras	-	10,08
Uso Mútuo de Postes	8,31	15,69
Serviços em Curso	41,87	390,96
Subvenção CDE	38,31	67,34
Outros	28,65	7,34
	449,49	786,74
	<u>519,72</u>	<u>809,53</u>

10. Impostos e Contribuições Sociais

	2015	2014
Ativo Circulante		
Contribuições Federais a Recuperar	29,96	22,58
IRRF s/Aplicações Financeiras	17,70	15,95
ICMS a Recuperar	26,17	25,60
CS a Compensar	0,96	0,02
	74,79	64,15
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	7,28	13,91
	7,28	13,91
Passivo Circulante		
IRPJ a Recolher	2,08	1,39
ISS PMG a Recolher	0,16	0,03
IRRF a Recolher	0,20	0,13
ICMS a Pagar	229,00	176,63
PIS Faturamento a Recolher	3,50	1,27
CSLL a Recolher	1,25	0,84
CS na Fonte	0,63	0,33
COFINS a Recolher	16,16	5,87
INSS a Recolher	49,95	-
FGTS a Pagar	14,97	-
	317,90	186,49
Passivo Não Circulante		
IRPJ Diferido	97,14	24,31
CSLL Diferido	40,81	14,58
	137,95	38,89

10.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da cooperativa – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

10.2. Imposto de Renda a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 31.

A Cooperativa, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 Tributos Sobre o Lucro, contabiliza seu passivo fiscal diferido referente à Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse passivo se refere ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Cooperativa.

11. Estoques

	2015	2014
Estoques		
Condutores	5,44	1,70
Estruturas	2,14	9,42
Medidores	12,99	8,06
Chaves	6,55	8,11
Parafusos e Ferragens	0,65	0,68
Iluminação Pública	9,69	10,74
Materiais Diversos	1,55	-
	39,01	38,71

12. Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios - Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

A partir de 21 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de permissão, firmado entre ANEEL e CERGRAL, eliminaram-se as possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil - Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

	2015	2014
Ativos Regulatórios		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	0,58	-
CDE - Neutralidade	32,70	-
PROINFA - Neutralidade	3,82	-
IF - CUSD Energia	37,76	-
<u>Em Amortização</u>		
IF - CUSD Energia	57,46	-
	132,32	-
Passivos Regulatórios		
<u>Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	0,11	-
CDE - Neutralidade	5,96	-
PROINFA - Neutralidade	0,69	-
<u>Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	0,64	-
CDE - Neutralidade	6,16	-
PROINFA - Neutralidade	6,78	-
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	87,22	-
Compensação DIC/FIC	18,76	-
	126,32	-

13. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 022/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A partir da Medida Provisória Nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) a Permissionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão. No exercício de 2013 o saldo do ativo financeiro foi ajustado com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2013 através da Nota Técnica ANEEL nº 373 de 21 de agosto de 2013 e atualizado pelo IPCA a partir de então.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Ativo Intangível - Permissão	4.089,42	4.255,58
Ativo Intangível - Outros	68,68	59,02
Soma do Intangível	4.158,10	4.314,60
Ativo Financeiro Indenizável	2.209,56	1.847,73
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	1.353,88	1.062,54
Soma do Financeiro	3.563,44	2.910,27

**Ativo Financeiro
Indenizável**

Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.538,84
Serviços de Construção e Melhorias	-
Amortização por Baixas/Desativação	-
Transferência para Ativo Financeiro	209,37
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	162,06
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.910,27
Serviços de Construção e Melhorias	-
Amortização por Baixas/Desativação	-
Transferência para Ativo Financeiro	460,89
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	192,28
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.563,44

14. Investimentos

Participação	Valor	
	2015	2014
Investimentos		
Oficina Técnica Extremo Sul	0%	5,56
Fecoerusc	0%	0,94
SICOOB	0%	0,78
	7,28	7,28

15. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf. Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Direito de uso da permissão	8.802,93	(2.596,53)	6.206,40	(1.847,73)	(103,09)	4.255,58
Outros intangíveis	59,02		59,02	-		59,02
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.861,95	(2.596,53)	6.265,42	(1.847,73)	(103,09)	4.314,60
Direito de uso da permissão	9.268,60	(2.837,86)	6.430,74	(2.209,56)	(131,76)	4.089,42
Outros intangíveis	68,68		68,68			68,68
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.337,28	(2.837,86)	6.499,42	(2.209,56)	(131,76)	4.158,10

15.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERGRAL, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

15.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

15.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERGRAL tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da concessão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

15.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A cooperativa avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

16. Fornecedores

	2015	2014
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	-	73,40
	-	73,40
Material e Serviço		
Conex Eletromecanica Ind.e Com. Ltda	-	81,29
D'March Com.Materiais Eletricos	-	1,05
Rodonaves Transportes	0,08	-
HNCA Computadores e Sistemas	-	0,86
Reluz Com.Materiais Eletricos	-	3,06
	0,08	86,26
	0,08	159,66

17. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2015	2014
Provisões Trabalhistas		
Férias	134,89	103,14
Encargos Sociais sobre Férias	48,97	39,35
	183,86	142,49

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

18. Encargos do Consumidor a Recolher

	2015	2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	101,70	8,87
Taxa de Fiscalização - TFSEE	1,81	0,00
Bandeiras Tarifárias	384,96	0,00
	488,47	8,87

19. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2013	1,44	0,72	9,34	92,91	104,41
Constituições	13,89	6,94	13,89	34,72	69,44
Juros Selic	-	-	1,35	8,44	9,79
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(12,60)	(6,30)	-	-	(18,90)
Em 2014	2,73	1,36	24,58	136,07	164,74
Constituições	14,63	7,32	13,17	36,59	71,71
Juros Selic	-	-	-	3,47	3,47
Realização	-	-	(30,42)	(91,86)	(122,28)
Recolhimentos	(14,54)	(7,27)	-	-	(21,81)
Em 2015	2,82	1,41	7,33	84,27	95,83

20. Outras Contas a Pagar

	2015	2014
Passivo Circulante		
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Consumidores	11,48	11,31
Convênios de Arrecadação	546,13	580,83
Taxa de Fiscalização	0,00	1,75
	557,61	593,89
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Capital Social a Devolver	20,85	20,85
	20,85	20,85

21. Provisão para Contingências

	2015			2014		
	Valor da Provisão	Depósito	Valor da Provisão	Depósito	Acumulada	Judicial
	No Exercício	Acumulada	Judicial	No Exercício	Acumulada	Judicial
Fiscais						
PIS S/Receita Bruta	-	76,08	Sem dep.	-	73,00	Sem dep.
COFINS S/Receita Bruta	-	351,11	Sem dep.	-	336,93	Sem dep.
	-	427,19		-	409,93	

22. Patrimônio Líquido

22.1. Capital Social

22.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 1.552,58 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 o capital social estava representado por 1.551,04 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

22.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 7.522 associados em 31 de dezembro de 2015, no ano de 2014 eram 7.229 associados.

22.2. Natureza e Finalidade das Reservas

22.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

22.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

22.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

22.2.4. Reserva de Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

22.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2015	2014
Resultado do Exercício	752,54	378,05
Destinações		
RATES	126,12	90,69
Reserva Legal	45,70	17,28
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	159,95	60,49
Reserva de Resultados a Realizar	192,29	123,16
	524,06	291,62
Realização de Reservas		
RATES	153,55	140,18
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	116,60	121,49
	270,15	261,67
Sobras a Disposição da AGO	498,63	348,10

23. Ingresso/Receita Operacional

	2015	2014
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	714,59	401,48
Industrial	301,51	163,84
Comercial, Serviços e Outras Atividades	514,83	287,61
Rural	172,54	95,76
Poder Público	29,25	17,44
Iluminação Pública	100,31	48,65
Serviço Público	24,31	12,86
Renda Não Faturada	(0,91)	2,40
	1.856,43	1.030,04
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	3.057,55	2.669,04
Industrial	1.290,11	1.089,23
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.244,64	2.000,54
Rural	738,24	636,63
Poder Público	125,12	115,91
Iluminação Pública	429,23	323,42
Serviço Público	104,04	85,50
Renda Não Faturada	(3,87)	15,96
	7.985,07	6.936,23
c) Receita de Construção	733,90	627,33
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	99,83	94,17
Doações, Contribuições e Subvenções	493,03	415,85
Rendas de Prestação de Serviços	3,12	2,97
Serviço Taxado	26,48	20,80
Outras Receitas	8,86	13,06
	631,32	546,85
	11.206,72	9.140,45

24. Deduções da Receita/Ingresso

	2015	2014
Tributos Sobre a Receita		
COFINS	100,11	51,77
PIS	21,69	11,22
ICMS	2.055,98	1.671,67
ISS	0,66	0,52
	2.178,44	1.735,18
Encargos Setoriais		
P&D	36,59	34,73
PEE	36,59	34,72
CDE	384,89	71,43
TFSEE - Taxa de Fiscalização	20,94	-
Bandeiras Tarifárias	525,89	-
	1.004,90	140,88
	3.183,34	1.876,06

25. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP e COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	ISS	Receita Líquida
Em 2015						
Fornecimento de Energia Elétrica	1.856,43	(22,98)	(387,83)	(189,56)	-	1.256,06
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	7.985,07	(98,82)	(1.668,15)	(815,34)	-	5.402,76
Receita de Construção	733,90	-	-	-	-	733,90
Outras Receitas Operacionais	631,32	-	-	-	(0,66)	630,66
	11.206,72	(121,80)	(2.055,98)	(1.004,90)	(0,66)	8.023,38
Em 2014						
Fornecimento de Energia Elétrica	1.030,04	(8,39)	(210,88)	(17,53)	-	793,24
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	6.936,23	(54,60)	(1.460,79)	(123,35)	-	5.297,49
Receita de Construção	627,33	-	-	-	-	627,33
Outras Receitas Operacionais	546,85	-	-	-	(0,52)	546,33
	9.140,45	(62,99)	(1.671,67)	(140,88)	(0,52)	7.264,39

26. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e aminist.	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2015 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.264,08)	-	-	-	(1.264,08)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(144,73)	-	-	-	(144,73)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(1.350,96)	-	-	-	(1.350,96)
Pessoal e Administradores	(1.678,02)	-	(804,15)	-	(2.482,17)
Material	(272,05)	-	(69,06)	-	(341,11)
Serviços de Terceiros	(186,46)	-	(322,14)	-	(508,60)
Depreciação e Amortização	(329,90)	-	(20,32)	-	(350,22)
Custo de Construção	(733,90)	-	-	-	(733,90)
Outros Custos e Despesas	(41,85)	(15,24)	(264,15)	(29,82)	(351,06)
	(6.001,95)	(15,24)	(1.479,82)	(29,82)	(7.526,83)
Em 2014 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.012,27)	-	-	-	(1.012,27)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(131,67)	-	-	-	(131,67)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(1.523,35)	-	-	-	(1.523,35)
Pessoal e Administradores	(1.521,38)	-	(720,38)	-	(2.241,76)
Material	(197,80)	-	(58,26)	-	(256,06)
Serviços de Terceiros	(165,48)	-	(306,77)	-	(472,25)
Depreciação e Amortização	(324,88)	-	(20,73)	-	(345,61)
Custo de Construção	(627,33)	-	-	-	(627,33)
Outros Custos e Despesas	(167,21)	(5,27)	(250,46)	(4,83)	(427,77)
	(5.671,37)	(5,27)	(1.356,60)	(4,83)	(7.038,07)

26.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

27. Detalhamento de Outras Receitas e Despesas

	2015	2014
Outras Receitas		
Ganhos na Alienação de Bens	10,27	-
Outras Receitas	6,71	7,03
	<u>16,98</u>	<u>7,03</u>
(-) Outras Despesas		
Perdas na Desativação de Bens	29,23	7,75
Perdas na Alienação de Bens	-	4,11
Outras Despesas	17,57	-
	<u>46,80</u>	<u>11,86</u>
(=) Resultado de Outras Receitas e Despesas	<u><u>(29,82)</u></u>	<u><u>(4,83)</u></u>

28. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	98,05	86,03
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	135,59	90,77
Ajuste a Valor Justo de Ativos	291,34	162,06
Outras Receitas Financeiras	18,52	13,64
	<u>543,50</u>	<u>352,50</u>
(-) Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	123,71	108,80
IOF	4,64	2,50
Outras Despesas Financeiras	27,29	24,52
	<u>155,64</u>	<u>135,82</u>
	<u><u>387,86</u></u>	<u><u>216,68</u></u>

29. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

29.1. Segmentos e Atividades de Negócios

29.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for

o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

29.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

29.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

29.3. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2015 chegaram a perfazer um montante de R\$ 373 mil, representando cerca de 3,35% do total das receitas da cooperativa.

30. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e conselhos	-	-	238,36	-	-	219,36
Encargos sociais	-	-	51,36	-	-	43,92
	-	-	289,72	-	-	263,28

31. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2015

Contas	Operações com		Soma	Resultados Diferidos	Total
	Associados	Terceiros			
1 - Receita Operacional Bruta	10.267,04	205,78	10.472,82	733,90	11.206,72
2 - Deduções da Receita Bruta	3.118,49	44,31	3.162,80	0,00	3.183,34
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	2.153,87	24,57	2.178,44	0,00	2.178,44
2.2 - Encargos Setoriais	964,62	19,74	984,36	0,00	1.004,90
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	7.148,55	161,47	7.310,02	733,90	8.023,38
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	4.430,93	103,51	4.534,44	733,90	6.001,94
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	2.717,62	57,96	2.775,58	0,00	2.021,44
6 - Despesas Operacionais	2.221,32	(68,64)	2.152,68	(291,34)	1.107,20
Despesas Gerais e Administrativas	2.219,82	29,38	2.249,20	0,00	1.495,06
Despesas Menos Receitas Financeiras	1,50	(98,02)	(96,52)	(291,34)	(387,86)
7 - Outras Receitas e Despesas Operacionais	(39,31)	9,48	(29,83)	-	(29,83)
8 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5+6+7)	456,99	136,08	593,07	291,34	884,41
9 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	0,00	32,82	32,82	99,05	131,87
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	0,00	20,51	20,51	72,83	93,34
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	0,00	12,31	12,31	26,22	38,53
10 - Resultado Líquido do Exercício (8-9)	456,99	103,26	560,25	192,29	752,54
Resultado Líquido do Exercício em 2014	172,84	82,04	254,88	123,17	378,05

32. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos da entidade conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos			
Frotas de Veículos	21/09/2016	500,00	7,85
		500,00	7,85
Máquinas e Equipamentos			
Religadores	16/05/2016	150,00	4,03
		150,00	4,03
Edificações			
Prédio Sede	14/06/2015	200,00	1,32
		200,00	1,32
TOTAL		850,00	13,20

33. Contingências

33.1. Provisão PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 1 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 disposta sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, concluída em 22 de novembro de 2006, a Secretaria de Receita Federal lavrou auto de infração, protocolado em 07 de dezembro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 20 de dezembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do auto de infração, a cooperativa reconheceu como **provável** sua materialização e seus efeitos contabilizados mediante provisão, segundo as bases utilizadas pela autoridade fiscalizadora, ajustada pelas exclusões dos gastos administrativos, financeiros e o restante das sobras, conforme argumenta em sua defesa.

Composição da provisão em 31 de dezembro:

	2015	PIS	COFINS	Total
Valor do Tributo	24,50	113,10	137,60	
<u>Acréscimos Moratórios</u>				
· Multa	18,38	84,82	103,20	
· Juros	33,19	153,20	186,39	
	<u>51,57</u>	<u>238,02</u>	<u>289,59</u>	
	<u>76,07</u>	<u>351,12</u>	<u>427,19</u>	

	2014	PIS	COFINS	Total
Valor do Tributo	24,50	113,10	137,60	
<u>Acréscimos Moratórios</u>				
· Multa	18,38	84,82	103,20	
· Juros	30,12	139,01	169,13	
	<u>48,50</u>	<u>223,83</u>	<u>272,33</u>	
	<u>73,00</u>	<u>336,93</u>	<u>409,93</u>	

33.2. Tratamento Contábil para o Valor da Provisão - Os valores do tributo e seus acréscimos até 31 de dezembro de 2005 foram levados à conta de sobras a disposição da Assembléia Geral Ordinária como ajuste de exercícios anteriores. Os valores do tributo e seus acréscimos de janeiro a junho de 2006 e sua atualização foram levados à conta de despesa com provisão.

33.3. Tratamento do Tributo Após o Período Notificado - Mesmo discordante a cooperativa passou a recolher o tributo conforme a metodologia constante do auto de infração a partir da competência julho/2006.

Em 12 de janeiro de 2015 a cooperativa foi novamente notificada acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa. De acordo com a notificação, os membros da quarta câmara da segunda turma ordinária da terceira seção de julgamento acordaram em não reconhecer da matéria na parte preclusa. A parte preclusa refere-se a matéria já discutida na esfera judicial quanto a não incidência dos tributos sobre os atos cooperativos. Na parte conhecida negaram a exclusão das despesas financeiras e administrativas da base de cálculo dos tributos requerida na defesa.

Em 16 de janeiro de 2015 a cooperativa propôs embargos de declaração a 4º Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais o qual se encontrava em análise na data base das demonstrações contábeis.

33.4. Proibição ao Crédito do ICMS nas Aquisições de Bens Destinados a Prestação do Serviço da Cooperativa – Ativo Permanente (CIAP) – O crédito de ICMS nas aquisições de bens destinados a destinados a prestação do serviço da cooperativa – Ativo Permanente (CIAP) é matéria consagrada na legislação federal e estadual, sendo pacífica a sua utilização em 48 parcelas a partir da aquisição do bem. Contudo, o fisco catarinense tem se manifestado contrariamente a utilização do crédito quando referente a bens destinados a construção de redes de energia elétrica, argumentando tratar-se de construção civil, sendo matéria tributária municipal.

A administração da cooperativa discorda das manifestações do fisco amparada nas disposições da Lei Complementar n.º 87 e na ausência de vedações expressas na legislação sobre ICMS no Estado de Santa Catarina.

Em 15 de fevereiro de 2007 foi editada a Lei 13.992, dispondo, entre outros assuntos, sobre alterações na Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996. Uma das alterações tratou sobre a dispensa das cooperativas de eletrificação rural de estornarem os créditos fiscais de ICMS, advindos das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2006, sinalizando no sentido da proibição do crédito para os períodos seguintes.

Caso a intenção do fisco seja a de proibir a utilização do crédito de ICMS, sem fazer distinção a determinado tipo de bem, os valores correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2006, assim como os créditos gerados a partir de janeiro de 2007 não poderão ser utilizados e deverão compor o custo das aquisições, complementarmente.

Diante da ausência de notificação formal por parte do fisco catarinense e do caráter inovador da matéria, a administração da cooperativa decidiu manter a apropriação dos créditos de ICMS nas aquisições de bens do ativo imobilizado destinados a construção de redes de distribuição, classificando como possível os efeitos contrários a sua utilização.

34. Outras Informações

34.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela ELETROBRAS, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 38,31 mil reais e de R\$ 67,34 mil reais em 31 de dezembro de 2014.

34.4. Reajuste Tarifário

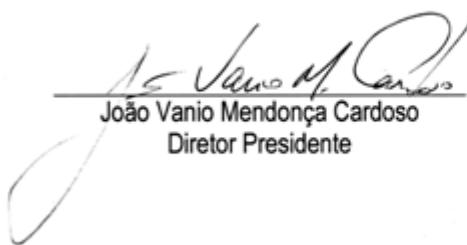
Em Setembro de 2015 a CERGRAL passou pelo processo de reajuste tarifário tendo o resultado homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.960 de 22 de setembro de 2015. As tarifas da base econômica da CERGRAL, constantes do Anexo II, da Resolução Homologatória nº 1.799, de 23 de setembro de 2014, ficaram reposicionadas em 22,02%, sendo, 23,22% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e - 1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

34.5. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

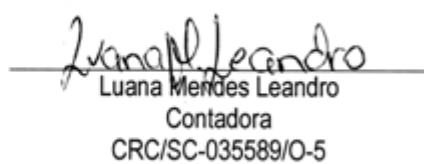
34.6. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

34.7. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CERGRAL elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Gravatal, 31 de dezembro de 2015.



João Vanio Mendonça Cardoso
Diretor Presidente



Luana Mendes Leandro
Contadora
CRC/SC-035589/O-5

3 – RELATÓRIO DOS AUDITORES E PARECER DO CONSELHO FISCAL

AUDICONULT
AUDICONULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL
Gravatal - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

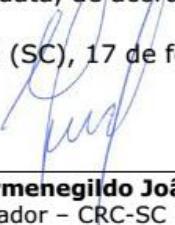
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São José (SC), 17 de fevereiro de 2016.


Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedemos o exame detalhado das Contas referente ao exercício de 2015 da **Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL**, compreendendo o Balanço Patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade, saldo de caixa, conciliação bancária e demais documentos, bem como o relatório da administração.

Cumprindo as determinações estatutárias que nos foi conferido, com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperativa e, tendo encontrado tudo em perfeita ordem, conforme determina o Estatuto Social, aprovamos as contas do exercício de 2015 sem restrições.

Gravatal/SC, 17 de Fevereiro de 2016.

Anísio de Aguiar
Conselheiro Fiscal Efetivo

Edson Cardoso dos Santos
Conselheiro Fiscal Efetivo

Vilmar Antonio Bardini
Conselheiro Fiscal Efetivo

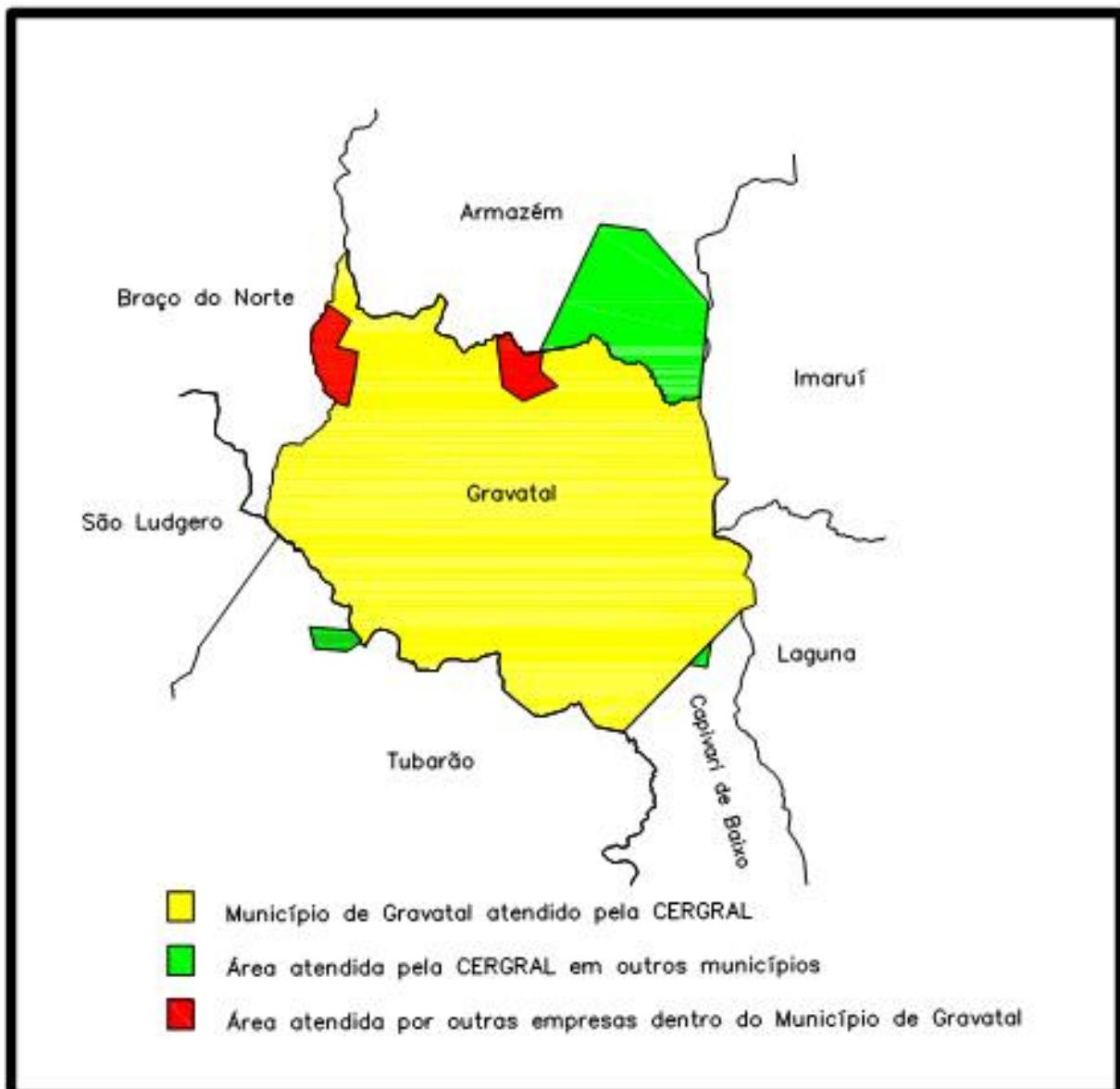
Antonio de Bona Zanelato
Conselheiro Fiscal Suplente

Marcio Batista Monteiro
Conselheiro Fiscal Suplente

Marcos Medeiros
Conselheiro Fiscal Suplente

4 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.01 - MAPA DA ÁREA DE ATUAÇÃO



4.02 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS ADMITIDOS NO ANO DE 2015

Nº Ordem	Matricula	Nome	Data de Associação	Valor
1	359	FERNANDO CORREA BITENCOURT	05/01/2015	R\$ 0,00
2	3976	ELI CARDOSO DA SILVA	02/03/2015	R\$ 5,00
3	6692	GEOVANA ALVES SILVEIRA	18/02/2015	R\$ 0,00
4	6840	JOAO OLIVEIRA	19/01/2015	R\$ 5,00
5	7170	COOP.GERACAO ELETRICA DESV.GRAVATAL	20/01/2015	R\$ 5,00
6	7663	NILTON PEREIRA	23/03/2015	R\$ 5,00
7	8052	EMERSON LUIZ PERUZZO	22/12/2015	R\$ 5,00
8	8476	IVONEIDE STOPAZZOLLI VARGAS	09/01/2015	R\$ 5,00
9	8482	LEONEL DOS SANTOS CARDOSO	05/01/2015	R\$ 5,00
10	8483	FABIANO DA SILVA	05/01/2015	R\$ 5,00
11	8484	MARIA DE FATIMA PRUDENTE	05/01/2015	R\$ 5,00
12	8485	ISABEL CRISTINA CARDOSO ALVES	06/01/2015	R\$ 5,00
13	8486	PEDRO DA SILVA MENDES	07/01/2015	R\$ 5,00
14	8487	PAPELARIA E INFORM.GRAVATAL LTDA ME	07/01/2015	R\$ 5,00
15	8488	DAVID MAKOSKI RODRIGUES	08/01/2015	R\$ 5,00
16	8489	ALEXANDRE PEREIRA CAMPOS	08/01/2015	R\$ 5,00
17	8490	JOAO BATISTA MENDES	08/01/2015	R\$ 5,00
18	8491	MANOEL PEDRO ANTUNES	08/01/2015	R\$ 5,00
19	8492	GISLEINE MACHADO GALVAN	09/01/2015	R\$ 5,00
20	8493	THUANE DHANIELLI GOTERA JERONIMO	09/01/2015	R\$ 5,00
21	8494	ROBERTO DAMASIO COSTA	13/01/2015	R\$ 5,00
22	8496	DJALMA DA SILVA AMADEU	14/01/2015	R\$ 5,00
23	8497	ELIETE DOS SANTOS DE SOUZA	15/01/2015	R\$ 5,00
24	8498	MARIA DE LOURDES MENDONCA RIBEIRO	16/01/2015	R\$ 5,00
25	8499	RUI GERALDO RODRIGUES	16/01/2015	R\$ 5,00
26	8500	EDEVALDO BROGNARA	16/01/2015	R\$ 5,00
27	8501	EDMILSON DE OLIVEIRA JULIAO	16/01/2015	R\$ 5,00
28	8502	VANDERLEIA DA SILVA MARIA	16/01/2015	R\$ 5,00
29	8503	LENOINA MICHELS	19/01/2015	R\$ 5,00
30	8504	NERI SOUZA DOS SANTOS	19/01/2015	R\$ 5,00
31	8505	JEAN CRESCENCIO MARTINS	19/01/2015	R\$ 5,00
32	8506	CLEBER NOGUEIRA DA SILVA	19/01/2015	R\$ 5,00
33	8507	ALINE DOS SANTOS	19/01/2015	R\$ 5,00
34	8510	VILIAN OURQUIES FURLAN	23/01/2015	R\$ 5,00
35	8511	MARIA JOSELEDA JUSTI	23/01/2015	R\$ 5,00
36	8512	MARCIEL PINTER ALVES	23/01/2015	R\$ 5,00
37	8513	VERA LUCIA MENDES MARCON	23/01/2015	R\$ 5,00
38	8514	MARCOS JOSE MENDES MARCON	23/01/2015	R\$ 5,00
39	8515	FRANCISCO KUERTEN	26/01/2015	R\$ 5,00
40	8516	IRLEI GONCALVES BORGES	26/01/2015	R\$ 5,00
41	8517	ANTONIO ANGELO DA SILVA	26/01/2015	R\$ 5,00
42	8518	MARCOS MENDES DE OLIVEIRA	27/01/2015	R\$ 5,00
43	8519	JUCELIA DE SOUZA LIMA	27/01/2015	R\$ 5,00
44	8520	DANILO MACHADO VIEIRA	28/01/2015	R\$ 5,00
45	8522	JOSE MONTEIRO CORREA	29/01/2015	R\$ 5,00
46	8523	FATIMA ZABOTE VICENCO	29/01/2015	R\$ 5,00
47	8524	JEAN CARLO SPLENDOR	30/01/2015	R\$ 5,00
48	8525	VITOR MARIANODOS SANTOS	30/01/2015	R\$ 5,00
49	8526	DAVI MARIANO DOS SANTOS	30/01/2015	R\$ 5,00

50	8527	EMILIA SILVEIRA LUNARDI	02/02/2015	R\$ 5,00
51	8528	ELANE CORREA FIDELIS	02/02/2015	R\$ 5,00
52	8530	PATRICIA NUNES MACHADO	02/02/2015	R\$ 5,00
53	8531	GABRIEL COAN ESMERALDINO	03/02/2015	R\$ 5,00
54	8532	PATRICIA DA LUZ CAETANO	03/02/2015	R\$ 5,00
55	8534	LETICIA MAY	03/02/2015	R\$ 5,00
56	8535	JOAO BATISTA DOS SANTOS SOUZA	03/02/2015	R\$ 5,00
57	8536	THAYSE DE OLIVEIRA MENDES	04/02/2015	R\$ 5,00
58	8537	NICOLAS CORREA	04/02/2015	R\$ 5,00
59	8538	NICOLAU ANTONIO CORREA NETO	04/02/2015	R\$ 5,00
60	8539	CLAUDEMIR KUHNEN	04/02/2015	R\$ 5,00
61	8541	ZULEIDE DAUFENBACK DE BONA	06/02/2015	R\$ 5,00
62	8542	ISLANE MIGUEL ESPINDOLA	09/02/2015	R\$ 5,00
63	8543	LORENI OLIVEIRA	09/02/2015	R\$ 5,00
64	8545	MAGDA LEONIDAS BATISTA	10/02/2015	R\$ 5,00
65	8546	BOLA SETE INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA EPP	10/02/2015	R\$ 5,00
66	8547	VOLNEI MAREGA ZANELATTO	10/02/2015	R\$ 5,00
67	8548	CLAUDIANE MORAES MENDES	11/02/2015	R\$ 5,00
68	8549	ANDREA CAMILA GAMA SILVA	12/02/2015	R\$ 5,00
69	8550	FRANCISCO ALVES MARCOS	13/02/2015	R\$ 5,00
70	8551	SAMUEL VALENTIM LEANDRO	13/02/2015	R\$ 5,00
71	8552	RAFAEL ALVES VIANA	18/02/2015	R\$ 5,00
72	8553	EDUARDO GARCIA DA SILVA	18/02/2015	R\$ 5,00
73	8554	MONIELE FAVARIN DE SOUZA	18/02/2015	R\$ 5,00
74	8555	HARLEI BECKER DO PRADO LIMA	18/02/2015	R\$ 5,00
75	8556	RICHAR MOTA DA ROSA	19/02/2015	R\$ 5,00
76	8558	CLAUDIO NOGUEIRA DA SILVA	23/02/2015	R\$ 5,00
77	8559	SAMUEL SILVEIRA ALVES	23/02/2015	R\$ 5,00
78	8560	PRISCILA PEREIRA DOS PASSOS	24/02/2015	R\$ 5,00
79	8561	DAIANI HUGO ALVES	24/02/2015	R\$ 5,00
80	8563	BRAZ PASTAS E PIZZAS LTDA ME	24/02/2015	R\$ 5,00
81	8564	ROSIMERI GUIMARAES MENDES RODRIGUES	25/02/2015	R\$ 5,00
82	8565	JUCINEIA MENDES	26/02/2015	R\$ 5,00
83	8566	CAMILA VIEIRA DE OLIVEIRA	26/02/2015	R\$ 5,00
84	8567	NHAYARA DOS SANTOS ZAPELINI	26/02/2015	R\$ 5,00
85	8568	CONDOMINIO VALE DAS AGUAS	27/02/2015	R\$ 5,00
86	8569	MARIA EMILIA PEPPLER DE SOUZA	02/03/2015	R\$ 5,00
87	8575	MARIO LIMA DE FREITAS	04/03/2015	R\$ 5,00
88	8576	NACHELI MENDES MACHADO	05/03/2015	R\$ 5,00
89	8577	ANTONIA VIEIRA JANUARIO	05/03/2015	R\$ 5,00
90	8578	INDIANARA MENDES DA SILVA	06/03/2015	R\$ 5,00
91	8579	JOSUE RODRIGO MAGALHAES	06/03/2015	R\$ 5,00
92	8580	GAZOLA & MAY LTDA ME	06/03/2015	R\$ 5,00
93	8581	CLAUDIO MAY	06/03/2015	R\$ 5,00
94	8582	ANDRESA SCHEIDT NUNES DA SILVA	09/03/2015	R\$ 5,00
95	8583	HERCILIO ESTEVAM	09/03/2015	R\$ 5,00
96	8584	CLEDIO VARGAS SOARES	09/03/2015	R\$ 5,00
97	8585	BUSS E DAUFENBACK ODONTOLOGIA LTDA ME	10/03/2015	R\$ 5,00
98	8586	BUSS E DAUFENBACK ODONTOLOGIA LTDA ME	10/03/2015	R\$ 5,00
99	8587	JOSE SILVEIRA FERREIRA	10/03/2015	R\$ 5,00
100	8588	NADIR DA SILVA VALGAS	10/03/2015	R\$ 5,00
101	8589	ALEJANDRO CRISTIAN MUNIZ DE SOUZA	11/03/2015	R\$ 5,00
102	8590	SERGIO MAURICIO JACQUES	13/03/2015	R\$ 5,00

103	8592	LUIZ CARLOS PEREIRA TAVARES	16/03/2015	R\$ 5,00
104	8593	JOSIEL CARARA SALVALAGIO	16/03/2015	R\$ 5,00
105	8594	JORGE KILIPPER LUIZ	16/03/2015	R\$ 5,00
106	8595	MARCOS ANTONIO AMERICO	17/03/2015	R\$ 5,00
107	8596	GISELDA DE BONA MARTINS	17/03/2015	R\$ 5,00
108	8597	ALESSANDRO DE SOUSA GONCALVES	18/03/2015	R\$ 5,00
109	8598	VISAO SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA ME	18/03/2015	R\$ 5,00
110	8599	JACQUELINE NUNES COSTA	23/03/2015	R\$ 5,00
111	8600	ESIO CLAURINDO CARDOSO	23/03/2015	R\$ 5,00
112	8601	GIULIANO JUNG	23/03/2015	R\$ 5,00
113	8602	SILVANA MENDES DE SOUZA	25/03/2015	R\$ 5,00
114	8603	ITHAMAR CLOVIS CAMPACCI JUNIOR	25/03/2015	R\$ 5,00
115	8605	CRISTIANO DA SILVA	26/03/2015	R\$ 5,00
116	8606	ZENILTON NASCIMENTO	27/03/2015	R\$ 5,00
117	8607	CHARLLES NIEHUES BECKER	30/03/2015	R\$ 5,00
118	8608	MOISES DA CRUZ NEVES	30/03/2015	R\$ 5,00
119	8609	GILSON REZENDE	31/03/2015	R\$ 5,00
120	8610	FLAVIO RONIVON DA SILVA	31/03/2015	R\$ 5,00
121	8611	JOZINEI HEIDEMANN DA ROSA	01/04/2015	R\$ 5,00
122	8612	TIAGO GISLON DE SOUZA	06/04/2015	R\$ 5,00
123	8613	FABRICIO LINO	06/04/2015	R\$ 5,00
124	8614	GISELE DE MORAES VIEIRA	07/04/2015	R\$ 5,00
125	8615	ANDRE FRANCISCO PACHECO	07/04/2015	R\$ 5,00
126	8616	ELIMARCOS AGENOR ROSA	07/04/2015	R\$ 5,00
127	8617	DANIEL HENRIQUETA	08/04/2015	R\$ 5,00
128	8618	GENILSON PHILIPPI MACHADO	08/04/2015	R\$ 5,00
129	8619	GISLAINE TERESINHA DE LEMOS MENDES	08/04/2015	R\$ 5,00
130	8620	ROSANA DA CONCEICAO	09/04/2015	R\$ 5,00
131	8621	ANA PAULA DA SILVA MACHADO	10/04/2015	R\$ 5,00
132	8622	EDSON SILVEIRA DA CUNHA	13/04/2015	R\$ 5,00
133	8623	JAIR KLIPPER AMORIM	13/04/2015	R\$ 5,00
134	8624	MARIA DA GRACA DA SILVA	14/04/2015	R\$ 5,00
135	8625	KENIA MENDES ROSA	14/04/2015	R\$ 5,00
136	8626	OLMES ERCILIO ZUCCO	15/04/2015	R\$ 5,00
137	8628	DYEGO CARDOSO	15/04/2015	R\$ 5,00
138	8631	DENISE LUNARDI DA SILVA	17/04/2015	R\$ 5,00
139	8632	ROBERTT CAPRYNNI DIAS MARTINS CUNHA	20/04/2015	R\$ 5,00
140	8633	DENIS FRANCISCO CUSTODIO	22/04/2015	R\$ 5,00
141	8634	RAQUEL FERNANDA BERTO	22/04/2015	R\$ 5,00
142	8635	LUCAS SPERFELD MEDEIROS	27/04/2015	R\$ 5,00
143	8637	FABIANA BORBA MARTINS	27/04/2015	R\$ 5,00
144	8640	VALDECI PEDROSO THOME	06/05/2015	R\$ 5,00
145	8641	JULIANA LUNARDI ALBINO	06/05/2015	R\$ 5,00
146	8642	KLEBER CORADINI GOULART	06/05/2015	R\$ 5,00
147	8644	ALEXANDRE TURAZZI	11/05/2015	R\$ 5,00
148	8645	LUCIANE ALVES DANDOLINI DAUFEMBACK	11/05/2015	R\$ 5,00
149	8646	MARIA MAURA ALVES	13/05/2015	R\$ 5,00
150	8647	NELI LOURDES FOREST DA SILVA	13/05/2015	R\$ 5,00
151	8648	BERTILO SCHLICKMANN	14/05/2015	R\$ 5,00
152	8649	JUSSARA DE BEM MENDES	19/05/2015	R\$ 5,00
153	8650	GELCI HILARIA KERN	19/05/2015	R\$ 5,00
154	8651	SANDRO OLIVEIRA OURIKUES	19/05/2015	R\$ 5,00
155	8652	EDVIGES SCREMIN ZAPELINI	21/05/2015	R\$ 5,00

156	8653	PEDRO VIEIRA ALVES	21/05/2015	R\$ 5,00
157	8655	LUCIANE SEIXAS MENDEZ	25/05/2015	R\$ 5,00
158	8657	PAULO MARTINS DA ROSA	27/05/2015	R\$ 5,00
159	8658	SIDNEIA CLAUDINO	28/05/2015	R\$ 5,00
160	8659	COMUNIDADE TERAPEUTICA RENASCER	29/05/2015	R\$ 5,00
161	8660	VITOR NASCIMENTO	01/06/2015	R\$ 5,00
162	8661	SERGIO MENDONCA NAZARIO	02/06/2015	R\$ 5,00
163	8662	LUCIMERE SEVERINO	02/06/2015	R\$ 5,00
164	8663	JOSE NAZARENO FLORENÇO	03/06/2015	R\$ 5,00
165	8664	ELZI RAMOS DE ESPINDOLA	05/06/2015	R\$ 5,00
166	8665	ALTAMIRO VASTO CAMPOS	05/06/2015	R\$ 5,00
167	8666	ANDRE SCREMIN	08/06/2015	R\$ 5,00
168	8668	JOAO SACHETTI	09/06/2015	R\$ 5,00
169	8669	IVONETE DE MEDEIROS TOME	10/06/2015	R\$ 5,00
170	8670	MENDES EXTRACAO LTDA EPP	10/06/2015	R\$ 5,00
171	8671	ELOISA JACINTO FREITAS	10/06/2015	R\$ 5,00
172	8672	VALERIO OURIKUES	15/06/2015	R\$ 5,00
173	8673	JANE MARA DA SILVA	15/06/2015	R\$ 5,00
174	8674	CLEITON WESSLER MONTEIRO	15/06/2015	R\$ 5,00
175	8675	VERONICA BORBA BACK	16/06/2015	R\$ 5,00
176	8676	DHEISY BRUNING CLAUDIO	17/06/2015	R\$ 5,00
177	8678	GISELE MATTOS	19/06/2015	R\$ 5,00
178	8679	KATIANE DE MELO RODEN	24/06/2015	R\$ 5,00
179	8680	MAICON NUNES ROUSENK	24/06/2015	R\$ 5,00
180	8681	NILTON CESAR RODRIGUES	25/06/2015	R\$ 5,00
181	8682	JAIR MEURER	26/06/2015	R\$ 5,00
182	8683	TEREZINHA MENDES DA SILVA	26/06/2015	R\$ 5,00
183	8684	ANDRE SERPA TEXEIRA	29/06/2015	R\$ 5,00
184	8685	MAGNA DOMINGOS CELESTINO	29/06/2015	R\$ 5,00
185	8686	IVONEI DURAU PADILHA	30/06/2015	R\$ 5,00
186	8687	ELVIO ANTONIO PERUCHI	30/06/2015	R\$ 5,00
187	8689	ALEX JULIO TEIXEIRA	06/07/2015	R\$ 5,00
188	8690	ROSINETE CAMPOS RODRIGUES	07/07/2015	R\$ 5,00
189	8692	EDILTON MARTINS MOTA	09/07/2015	R\$ 5,00
190	8695	ANA PAULA ALBINO	10/07/2015	R\$ 5,00
191	8696	MAYCON DA SILVA MONTEIRO	13/07/2015	R\$ 5,00
192	8698	SALETE LAURETH MORAES	13/07/2015	R\$ 5,00
193	8699	VERA LUCIA MARTINS	14/07/2015	R\$ 5,00
194	8700	DENILTON MARTINHO COELHO	15/07/2015	R\$ 5,00
195	8701	CLAUDIO CESAR MACHADO	17/07/2015	R\$ 5,00
196	8702	DARLAN MARTINS DE SOUZA DIAS	17/07/2015	R\$ 5,00
197	8703	CINTIA JANAINA SILVA MARQUES	17/07/2015	R\$ 5,00
198	8706	FABRICIO DE MEDEIROS MEDEIROS	20/07/2015	R\$ 5,00
199	8707	BETANIA DOS SANTOS MACEDO	21/07/2015	R\$ 5,00
200	8708	ROSA MARIA DA SILVA MANENTI	22/07/2015	R\$ 5,00
201	8709	CLEO SANTOS DE MATTIA	23/07/2015	R\$ 5,00
202	8710	MICHEL GOULART BUSSOLO	23/07/2015	R\$ 5,00
203	8711	MARIA DE LOURDES VELHO CANDIDO	24/07/2015	R\$ 5,00
204	8712	SHERONN MEURER	27/07/2015	R\$ 5,00
205	8713	ADRIANO FERNANDES CARDOSO	30/07/2015	R\$ 5,00
206	8715	TAINARA MACHADO DE SOUZA	03/08/2015	R\$ 5,00
207	8716	WILSON KLIPPER AMORIM	05/08/2015	R\$ 5,00
208	8717	MARIA DAS DORES E SILVA	05/08/2015	R\$ 5,00

209	8718	STRATEGIC LINE SERV.ADMINIST.EIRELE	06/08/2015	R\$ 5,00
210	8719	SALESIO BORGES	07/08/2015	R\$ 5,00
211	8720	ANTONIO MARCOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA	10/08/2015	R\$ 5,00
212	8721	MARIA IZOLETE DA SILVA	10/08/2015	R\$ 5,00
213	8722	TIAGO CADORIN DUTRA	11/08/2015	R\$ 5,00
214	8724	VALMIRIA MENDONÇA FLORIANO	12/08/2015	R\$ 5,00
215	8725	EVERILDO PEREIRA	12/08/2015	R\$ 5,00
216	8728	JOSUE KINDERMANN FURLAN	14/08/2015	R\$ 5,00
217	8730	NATIELLI MARTINS SOETHE	18/08/2015	R\$ 5,00
218	8731	JESSICA BORGHEZAN CARVALHO	18/08/2015	R\$ 5,00
219	8733	MONICA BECKAUSER DAS NEVES	19/08/2015	R\$ 5,00
220	8734	DEBORA DA SILVA FLORIANO	19/08/2015	R\$ 5,00
221	8735	ASSOC.DE MORADORES DA LOC.SAO ROQUE	19/08/2015	R\$ 5,00
222	8736	EDSON TAVARES	19/08/2015	R\$ 5,00
223	8739	VILMAR LUCIANO DA ROSA	20/08/2015	R\$ 5,00
224	8740	IZABEL CRISTINA GUARESCHI	20/08/2015	R\$ 5,00
225	8741	EDILENI KALFF	21/08/2015	R\$ 5,00
226	8742	WAGNER LIMA HONORATO	21/08/2015	R\$ 5,00
227	8743	AGOSTINHO DE BONA OLIVEIRA	21/08/2015	R\$ 5,00
228	8744	ROSILDA HYPPOLITO ANTONIA AGUSTINHO	24/08/2015	R\$ 5,00
229	8746	ANA MARTHA SALONIA NASCIMENTO	26/08/2015	R\$ 5,00
230	8748	VALDEIR MATIAS DE SOUSA	31/08/2015	R\$ 5,00
231	8749	OZEIAS GODOY DE SOUZA	01/09/2015	R\$ 5,00
232	8750	ANA INACIO ZABOTE	02/09/2015	R\$ 5,00
233	8751	DANIELA DE BEM	08/09/2015	R\$ 5,00
234	8752	LUANA MICHELS	09/09/2015	R\$ 5,00
235	8754	GUSTAVO EING CARGNIN	14/09/2015	R\$ 5,00
236	8755	EDER SOARES DA SILVA	14/09/2015	R\$ 5,00
237	8756	JOSE LUIZ TANCREDO	14/09/2015	R\$ 5,00
238	8757	RAFAEL NEVES MARCILIO	15/09/2015	R\$ 5,00
239	8758	ALCIDES DOBICZ LEANDRO	16/09/2015	R\$ 5,00
240	8759	MAX WILLIAN PEREIRA PRA	17/09/2015	R\$ 5,00
241	8760	MATEUS DA COSTA LOCKS	17/09/2015	R\$ 5,00
242	8761	LUIZ EDUARDO GARCIA FERREIRA	17/09/2015	R\$ 5,00
243	8762	ATHOS DE ALMEIDA LOPES FILHO	18/09/2015	R\$ 5,00
244	8763	FRANCISCO SILVEIRA DA SILVA	18/09/2015	R\$ 5,00
245	8766	ALUMCOLLOR PINTURA ELETRE.EIRELI EPP	21/09/2015	R\$ 5,00
246	8767	MARIA FLORENCIA LOTITO	21/09/2015	R\$ 5,00
247	8768	MARCOS ALVES DO AMARAL	23/09/2015	R\$ 5,00
248	8769	PEDRO VIEIRA SILVANO JUNIOR	23/09/2015	R\$ 5,00
249	8770	MARIA NEREICI MACHADO DA SILVA	23/09/2015	R\$ 5,00
250	8771	PATRICIA FERNANDES BEZ	24/09/2015	R\$ 5,00
251	8772	JOSINA SANTANA ALVES	24/09/2015	R\$ 5,00
252	8773	SILVANA MARTINS DA ROSA	25/09/2015	R\$ 5,00
253	8774	LINCOLN FRANCIONI MORAES	28/09/2015	R\$ 5,00
254	8776	MARCIANO SABINO KURTZ	30/09/2015	R\$ 5,00
255	8777	CELSO PEREIRA DE SOUZA	01/10/2015	R\$ 5,00
256	8778	DARCI MUZOLON	06/10/2015	R\$ 5,00
257	8779	NERY RIBEIRO VELHO NETO	07/10/2015	R\$ 5,00
258	8781	JULIA JOSINO RIBEIRO	07/10/2015	R\$ 5,00
259	8782	JOSE ANTENOR LIDORIO	08/10/2015	R\$ 5,00
260	8783	PEDRO MONTEIRO CORREA	08/10/2015	R\$ 0,00
261	8784	JOSE AMILTON MOREIRA	13/10/2015	R\$ 5,00

262	8785	LUCIA BITENCOURT TEIXEIRA	13/10/2015	R\$ 5,00
263	8787	MARCIO DA SILVA MEIRELLES ME	16/10/2015	R\$ 5,00
264	8788	EMERSON MORAES MACHADO	16/10/2015	R\$ 5,00
265	8790	DAIANA FERNANDES	21/10/2015	R\$ 5,00
266	8791	MARCIO SPERRY DA SILVA	21/10/2015	R\$ 5,00
267	8793	CAMILA DE FATIMA ANTUNES FASOLO	23/10/2015	R\$ 5,00
268	8794	ELUANA MACHADO MARTINS ARAUJO	26/10/2015	R\$ 5,00
269	8795	RICARDO DE OLIVEIRA BESSA	27/10/2015	R\$ 5,00
270	8796	ZULMA MARCELINA DE AGUIAR	27/10/2015	R\$ 5,00
271	8798	ARMIR FILETI	27/10/2015	R\$ 5,00
272	8799	IZOLETE ALBERTINA MADEIRA DE OLIVEIRA	27/10/2015	R\$ 5,00
273	8800	AUGUSTO CARGNIN VARGAS	28/10/2015	R\$ 5,00
274	8801	RENATO BEIRAO SCHMITZ	03/11/2015	R\$ 5,00
275	8802	TAINARA MACHADO DE SOUZA	03/11/2015	R\$ 5,00
276	8803	BILFOR DA SILVA MORENO	04/11/2015	R\$ 5,00
277	8804	JOAO VITOR SERAFIM FERNANDES	06/11/2015	R\$ 5,00
278	8805	ALEXANDRE BIZZOTTO	09/11/2015	R\$ 5,00
279	8806	CRISTINA DE OLIVEIRA VIANA	09/11/2015	R\$ 5,00
280	8807	JOSE EDUARDO SOUZA MARTINS	10/11/2015	R\$ 5,00
281	8808	JAQUELINI RIBEIRO DA SILVA	10/11/2015	R\$ 5,00
282	8809	VILIAN DE MEDEIROS VIEIRA	10/11/2015	R\$ 5,00
283	8810	MOVELISA INDUS.COMER.MOVEIS EIRELI ME	11/11/2015	R\$ 5,00
284	8811	VILOMAR FERNANDES RODRIGUES	11/11/2015	R\$ 5,00
285	8812	ROSIANI DA SILVA	12/11/2015	R\$ 5,00
286	8813	GILIARDI BELTRAME PARIS	17/11/2015	R\$ 5,00
287	8814	OTACILIA TEXEIRA DE SOUZA	18/11/2015	R\$ 5,00
288	8816	MARIELE ZEFERINO DA SILVA	19/11/2015	R\$ 5,00
289	8817	FRANCISCO ALBINO MENDES	19/11/2015	R\$ 5,00
290	8818	TIAGO MARTINS TORRES	23/11/2015	R\$ 5,00
291	8819	SADJA CRISTINA T.DE SOUZA MOSTARDEIRO	23/11/2015	R\$ 5,00
292	8820	JADINA DA SILVA	24/11/2015	R\$ 5,00
293	8821	ELIZANGELA MACHADO MEDEIROS	26/11/2015	R\$ 5,00
294	8822	ARIEL BATISTA KUERTEN	27/11/2015	R\$ 5,00
295	8824	DIOMARIO CALEGARI DOS SANTOS	30/11/2015	R\$ 5,00
296	8825	VANUSA DE SOUZA CAMILO	30/11/2015	R\$ 5,00
297	8827	ANDREI BONELI FIDELIS	30/11/2015	R\$ 5,00
298	8828	ABIDIAS SOARES NOGUEIRA	01/12/2015	R\$ 5,00
299	8829	FABIANO BITENCOURT	02/12/2015	R\$ 5,00
300	8830	LEANDRO LUNARDI MAIA	02/12/2015	R\$ 5,00
301	8833	JOSIAS SERAFIM	09/12/2015	R\$ 5,00
302	8834	FERNANDO LUNARDI CALEGARI	10/12/2015	R\$ 5,00
303	8835	PAULO SERGIO BITENCOURT DE SOUZA	14/12/2015	R\$ 5,00
304	8836	RAQUEL ALBINO ONOFRE GOMES	14/12/2015	R\$ 5,00
305	8837	ELIO WARMLING	15/12/2015	R\$ 5,00
306	8838	FABIANO OURIKUES FIRMINIO	16/12/2015	R\$ 5,00
307	8839	GILSON FERNANDES NAZARIO	21/12/2015	R\$ 5,00
308	8841	JANETE AGUIAR	28/12/2015	R\$ 5,00
309	40076	DENISE DO AMARAL MENDES	18/02/2015	R\$ 0,00
310	40145	MARLENE SCHULS SCHLIKCMANN	13/02/2015	R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 1.525,00

4.03 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DEMITIDOS NO ANO DE 2015

Nº Ordem	Matricula	Nome	Data de Demissão	Valor
1	60	ANTONIO ROLDAO DA ROSA	26/03/2015	R\$ 178,91
2	82	ADAO OLIVEIRA DE MEDEIROS	03/03/2015	R\$ 139,45
3	114	VENINA DA SILVA PEREIRA	21/08/2015	R\$ 185,04
4	214	FERNANDES JOAO CORREA	21/05/2015	R\$ 45,80
5	253	HERCILIO FAVARIN	18/03/2015	R\$ 154,03
6	352	JOSE JOAO DE OLIVEIRA	20/02/2015	R\$ 149,38
7	523	NICODEMOS DA ROSA	18/06/2015	R\$ 213,68
8	551	OSCARINO AUGUSTO AMORIN	07/12/2015	R\$ 127,57
9	553	DARIO LUCAS DA ROSA	03/03/2015	R\$ 113,50
10	566	PASSOS JOAO RODRIGUES	24/09/2015	R\$ 122,47
11	609	MARIA DE FATIMA DA SILVA	10/02/2015	R\$ 167,35
12	620	ROUGET DE SOUZA BOTEGA	27/10/2015	R\$ 469,21
13	629	SEBASTIAO JOSE MENDES	03/03/2015	R\$ 103,12
14	683	VARDI CARDOSO	27/05/2015	R\$ 146,08
15	722	IVANILDES FERNANDES MENDONCA	28/12/2015	R\$ 162,95
16	789	JORGE LAURENTINO	03/02/2015	R\$ 210,48
17	808	MANOEL HELEODORO MADALENA	28/10/2015	R\$ 157,63
18	816	MANOEL ANTONIO CORREA	09/09/2015	R\$ 112,29
19	841	WALMOR RODOLFO BECKHAUSER	28/07/2015	R\$ 152,77
20	900	VALMIRO FIDELIS	09/09/2015	R\$ 106,40
21	1005	NOEMEA MONTEIRO MENDES	06/05/2015	R\$ 123,40
22	1041	ANTONIO JOSE CUSTODIO	05/02/2015	R\$ 86,92
23	1103	JAIR FERREIRA	27/04/2015	R\$ 200,70
24	1135	ARISTIDES SOUZA	19/05/2015	R\$ 129,04
25	1189	JOSE MENDONCA	10/12/2015	R\$ 215,58
26	1204	ARY MANOEL DA SILVA	18/09/2015	R\$ 169,44
27	1220	GERALDINO DE AGUIAR	03/02/2015	R\$ 231,38
28	1231	ANTONIO MEDEIROS SILVEIRA	13/08/2015	R\$ 181,04
29	1410	APARICIO HIPOLITO MACHADO	24/02/2015	R\$ 257,95
30	1565	MANOEL DE OLIVEIRA	13/07/2015	R\$ 130,29
31	1644	TEREZINHA DE ABREU NUNES	20/08/2015	R\$ 236,91
32	1669	MANOEL JOAO DA SILVA	03/12/2015	R\$ 177,31
33	1862	MINERVINA ANTUNES MELLO	16/07/2015	R\$ 196,07
34	1919	HERCILIO BENATTI	10/09/2015	R\$ 369,05
35	1931	CAPELA N.SRA APARECIDA SANGA DA AREIA	10/09/2015	R\$ 372,83
36	2016	OSVALDO PRA	21/12/2015	R\$ 491,93
37	2188	MARIA GENEROSA DAS CHAGAS	13/08/2015	R\$ 123,67
38	2226	JOSE DE MEDEIROS	27/10/2015	R\$ 160,72
39	2461	JOSE PAULO DOS SANTOS SOARES	03/03/2015	R\$ 340,45
40	2523	MARIA DE LOURDES ROSA DA SILVA	18/06/2015	R\$ 136,28
41	2614	SALESIO DE BONA DAUFEMBACK	08/05/2015	R\$ 802,36
42	2749	FRANCISCO FERNANDES FILHO	30/09/2015	R\$ 166,93
43	2832	VILMAR ANTONIO BARDINI	30/11/2015	R\$ 392,46
44	2874	ALAYDE CONSTANCIA HONORATO	26/05/2015	R\$ 267,50
45	3044	FERNANDES JOAO CORREA & CIA LTDA ME	21/05/2015	R\$ 692,50
46	3069	DAURA DA ROSA IUNG	30/07/2015	R\$ 227,40
47	3221	METAS PROMOÇOES E EVENTOS LTDA	10/09/2015	R\$ 825,65
48	3719	TOMAZ DA SILVEIRA	16/03/2015	R\$ 327,05
49	3734	LUCAS ALBINO DE SOUZA	28/12/2015	R\$ 427,23

50	3894	IZAURA FAVARIN LEANDRO IZIDORIO	03/03/2015	R\$ 107,49
51	4867	ADELIA AYRES SILVEIRA DE PADUA	21/01/2015	R\$ 126,21
52	5054	SALEZIO MENDES	05/05/2015	R\$ 241,05
53	5061	ANTONIA CAMILO	06/02/2015	R\$ 76,74
54	5094	CENIRA CARNETTI BUENO	04/05/2015	R\$ 241,55
55	5121	CELSO LAURETH	15/04/2015	R\$ 138,03
56	5166	MARIA TEREZA RODRIGUES DA SILVA	03/07/2015	R\$ 303,21
57	5446	LUIZ ADELSON MENDES	15/04/2015	R\$ 254,56
58	5511	ACINIR EUMENES BARBOSA	08/09/2015	R\$ 313,26
59	5862	ELIZETE ZANELATO ZABOTI	27/08/2015	R\$ 115,92
60	6003	CLAITON AMANCIO DA SILVA	09/06/2015	R\$ 182,03
61	6386	ANTONIO DE BONA RALDI	18/08/2015	R\$ 64,18
62	6428	MADALENA ADÃO DARIO	21/01/2015	R\$ 92,01
63	6558	AMILTON NAZARIO MOTA	10/02/2015	R\$ 44,94
64	6606	EDGARD ZANOLLI	05/10/2015	R\$ 120,54
65	6885	MARIA MENDES DA SILVA	17/08/2015	R\$ 83,41
66	7073	NORMA DOS SANTOS PIERI	29/01/2015	R\$ 109,82
67	7155	JOSE MOACIR DE OLIVEIRA FIRMINIO	16/10/2015	R\$ 58,65
68	7206	OTACILIO DA CUNHA CAMPOS	28/04/2015	R\$ 47,56
69	7420	NASCIONI RODRIGUES FIRMINO	04/12/2015	R\$ 34,70
70	7611	BELMIRA DA SILVA MELO	17/08/2015	R\$ 110,22
71	7830	CRISTINA DA SILVA MENDES	18/09/2015	R\$ 194,10
72	8609	GILSON REZENDE	31/07/2015	R\$ 5,00
TOTAL				R\$ 14.743,33

4.04 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS ADMITIDOS POR TRANSFERÊNCIA EM 2015

Nº Ordem	Matricula	Nome	Data de Associaç	Valor
1	8508	ROSANE SILVEIRA DE PADUA	20/01/2015	R\$ 126,21
2	8509	TEREZA DARIO MACHADO	21/01/2015	R\$ 92,01
3	8521	LILIAN DOS SANTOS PIERI VARGAS	29/01/2015	R\$ 109,82
4	8529	TEREZA EMILIA DE AGUIAR	02/02/2015	R\$ 231,38
5	8533	TEREZINHA FERNANDES LAURENTINO	03/02/2015	R\$ 210,48
6	8540	MARIA LUCIA CUSTODIO	05/02/2015	R\$ 86,92
7	8544	DANIEL DA SILVA	10/02/2015	R\$ 167,35
8	8557	AURORA BIF DE OLIVEIRA	20/02/2015	R\$ 149,38
9	8562	NATALINA DE JESUS GOULART MACHADO	24/02/2015	R\$ 257,95
10	8570	EPONINA MINERVINA MENDES DA ROSA	03/03/2015	R\$ 113,50
11	8571	MARIA GONCALVES DE MEDEIROS	03/03/2015	R\$ 139,45
12	8572	INES VARGAS SOARES	03/03/2015	R\$ 340,45
13	8573	MARIA TEREZINHA IZIDORO CAPISTRANO	03/03/2015	R\$ 107,49
14	8574	IVONETE MARTINS MENDES	03/03/2015	R\$ 103,12
15	8591	ERMI CORREA DA SILVEIRA	16/03/2015	R\$ 327,05
16	8604	ESTER CONCEICAO DA ROSA	25/03/2015	R\$ 178,91
17	8627	MARIA HELENA TEIXEIRA MENDES	15/04/2015	R\$ 241,05
18	8629	MARLITA LAURETH	15/04/2015	R\$ 138,03
19	8630	JANETI DA CUNHA MENDES	15/04/2015	R\$ 254,56
20	8636	TERESA DO NASCIMENTO FERREIRA	27/04/2015	R\$ 200,70
21	8638	TERESINHA DE JESUS GERONIMO MATEUS	28/04/2015	R\$ 47,56
22	8639	NADINE CARNETTI VIEIRA	04/05/2015	R\$ 241,55
23	8643	JERUSA PETERS DAUFEMBACK	08/05/2015	R\$ 802,36
24	8654	VICENTE KINDERMANN CORREA	21/05/2015	R\$ 737,58
25	8656	ROSELI HONORATO SILVEIRA	26/05/2015	R\$ 267,50
26	8667	EDNEIA DA ROSA MENDES SILVA	09/06/2015	R\$ 182,03
27	8677	CARLOS JOSE DA SILVA	18/06/2015	R\$ 136,28
28	8688	PEDRO RODRIGUES DA SILVA	03/07/2015	R\$ 303,21
29	8691	FABIANO MARTINHAGO RALDI	08/07/2015	R\$ 64,18
30	8693	FERNANDINA NEVES DE OLIVEIRA	09/07/2015	R\$ 130,29
31	8694	NAZIR ANTUNES DE MELLO	10/07/2015	R\$ 196,07
32	8697	ERICA ROSA BECKHAUSER	13/07/2015	R\$ 152,77
33	8714	RITA DE CASSIA DE ANDRADE	31/07/2015	R\$ 5,00
34	8723	ROGERIO MENDES DA SILVA	11/08/2015	R\$ 83,41
35	8726	ENEDINA GUIMARAES SILVEIRA	13/08/2015	R\$ 181,04
36	8727	EDUARDO DAS CHAGAS	13/08/2015	R\$ 123,67
37	8729	MARIA DE LOURDES MELO MARCELINO	17/08/2015	R\$ 110,22
38	8732	MARIA APARECIDA DA SILVA BARBOSA	19/08/2015	R\$ 313,26
39	8737	LORY DE ABREU NUNES	20/08/2015	R\$ 236,91
40	8738	JOVINA GERALDINA DOS P.DE MEDEIROS	20/08/2015	R\$ 160,72
41	8745	JOSE CARLOS DUTRA CORREA	26/08/2015	R\$ 112,29
42	8747	JOSE ALBERTO ZANELATO ZABOTI	27/08/2015	R\$ 115,92
43	8753	JOSE ALBINO DA SILVA	11/09/2015	R\$ 169,44
44	8764	RAMON DA SILVA MENDES	18/09/2015	R\$ 194,10
45	8765	ANTONIA LUCIANO FERNANDES	21/09/2015	R\$ 166,93
46	8775	REJANE CURRLIN	29/09/2015	R\$ 120,54
47	8789	LUCIANA MARCAL GODINHO	20/10/2015	R\$ 177,31
48	8792	ALEKSSANDRO DE OLIVEIRA	22/10/2015	R\$ 157,63
49	8797	SILVIO ZAPELINI BOTEGA	27/10/2015	R\$ 462,21

50	8823	SONIA DO AMARAL DE BONA BARDINI	30/11/2015	R\$ 392,46
51	8826	VALMIRETE MENDONCA	30/11/2015	R\$ 215,58
52	8831	GERCI FIRMINO	04/12/2015	R\$ 34,70
53	8832	ISOLETE DOS SANTOS SOUZA	07/12/2015	R\$ 427,23
54	8786	FAGNER OURIKUES FIRMINIO	16/10/2015	R\$ 58,65
55	8840	ZULMIRA DE AGUIAR	23/12/2015	R\$ 113,19
TOTAL				R\$ 10.969,60

4.05 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS COM TRANSFERÊNCIA DE COTAS EM 2015

Nº Ordem	Matricula	Nome	Data de Demissão	Valor
1	3657	JOAO BATIISTA MENDES MONTEIRO	06/05/2015	R\$ 123,40
2	3775	CATARINA MARTINS DE SOUZA	19/05/2015	R\$ 129,04
3	3988	DALTON CESAR PRA	21/12/2015	R\$ 491,93
4	4312	ZILDA DA ROSA	18/06/2015	R\$ 213,68
5	4576	MARIO CESAR FAVARIM	18/03/2015	R\$ 154,03
6	4784	AM ENGARRAFADORA E DIST. LTDA.	10/09/2015	R\$ 825,83
7	4958	RODVAL DA ROSA IUNG	30/07/2015	R\$ 227,40
8	5389	SORAIA MENDES PEREIRA	21/08/2015	R\$ 185,04
9	5748	ELIZETE MOTA DE OLIVEIRA	10/02/2015	R\$ 44,94
10	5847	ROSA NASARIO AMORIM	07/12/2015	R\$ 127,57
11	6465	ELIANE MARTINS	06/02/2015	R\$ 76,74
12	6618	JUREMA FERNANDES CARDOSO	27/05/2015	R\$ 146,08
13	6668	MARIA BENATE DA SILVA	10/09/2015	R\$ 369,05
14	6809	ASS.MORAD.E AMIGOS DE SANGA DA AREIA	10/09/2015	R\$ 372,83
15	6963	JAIME FIDELIS	09/09/2015	R\$ 106,40
16	8318	EDUARDO FERNANDES MENDONÇA	28/12/2015	R\$ 162,95
17	4468	MARCIA FUCHTER PHILPPI	24/09/2015	R\$ 122,47
TOTAL				R\$ 3.879,38

4.06 - RESULTADO DO EXERCÍCIO E DESTINAÇÕES

Descrição	2015	2014	Variação
(+) Ingressos/Receitas totais	11.206.716,54	9.140.447,60	22,61%
(-) Dispêndio/Despesas totais	10.454.171,73	8.762.391,87	19,31%
(=) Resultado do Exercício	752.544,81	378.055,73	99,06%
(-) Destinações Estatutárias	331.765,30	168.471,18	96,93%
(-) Reserva de Lucros/Sobras a Realizar	192.283,16	123.164,74	100,00%
(+) Realização das Reservas (RATES)	153.546,64	140.186,29	9,53%
(+) Realização Res.de Manut.Ampl.e Melhoria	116.599,54	121.496,02	-4,03%
(=) Sobras a Disposição da AG	498.642,53	348.102,12	43,25%

Destinação	2015	2014	Variação
Reserva Legal	45.699,27	17.283,96	164,40%
RATES	126.118,58	90.693,35	39,06%
Reserva de Manutenção Ampliação e Melhoria	159.947,45	60.493,87	164,40%
Total	331.765,30	168.471,18	96,93%

Proposta

A administração da CERGRAL após deliberação interna do seu conselho de administração em 13 de janeiro de 2016, apresenta como sugestão para apreciação da assembleia geral ordinária a seguinte proposta de destinação de sobras:

- O valor de R\$ 498.642,53 seja integralmente distribuído aos associados em quotas de capital social da Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de Gravatal para fazer frente ao novo empreendimento de geração de energia elétrica, através da participação na empresa Três Leões Participações S/A, com três unidades de geração hidrelétrica de energia em instalação no Rio Leões, no município de Erval Velho - SC, num total de 8,25 megawatts de potência instalada.

Justificativa

A destinação proposta tem objetivo estratégico na visão da administração, considerando as condições favoráveis do investimento realizado em conjunto com empreendedores de grande conhecimento no ramo de geração de energia elétrica no modal hidrelétrico através de PCHs.

A administração está ainda convencida de que os novos empreendimentos de geração de energia elétrica serão também estratégicos no fomento futuro das demais atividades estabelecidas estatutariamente.

4.07 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, após deliberação do Conselho de Administração, convoca os senhores associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária – AGO na sede do Município, tendo como local as dependências do Auditório do Salão Paroquial do Santuário do Sagrado Coração de Jesus na cidade de Gravatal, sítio à Rua Engenheiro Annes Gualberto, s/n, por não haver acomodações suficientes na sua sede Social, às 07:30 horas do dia 12 de março de 2016, em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus associados, às 08:30 horas em segunda convocação com a presença mínima da metade mais 1 (um) de seus associados e às 09:30 horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, e na qual havendo número legal será deliberado sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- I - Prestação de Contas da Administração, relativo ao exercício de 2015, compreendendo:
 - a) Relatório da Diretoria;
 - b) Balanço Patrimonial e de Resultados e Demonstrativos das Sobras apuradas no exercício;
 - c) Relatório dos Auditores Independentes;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.
- II - Destinação das sobras do exercício de 2015;
- III - Fixação de Pró-labore e Cédula de Presença para os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal para o período de 03/2016 e 02/2017;
- IV - Eleição e posse do Conselho Fiscal para o período de 03/2016 a 02/2017.
- V - Assuntos Gerais de interesse social, sem caráter deliberativo.

OBSERVAÇÕES:

1. Para efeito de QUORUM de instalação da assembleia, a cooperativa conta com 7.522 associados inscritos;
2. Os documentos a serem apreciados no item I da ordem do dia, estarão à disposição dos associados a partir do dia 01/03/2016, na sede social;
3. Os associados que desejarem concorrer as Eleições de que trata o item IV da ordem do dia, deverão compor chapa e inscrever-se junto a Administração da Cooperativa, sítio à Rua Engenheiro Annes Gualberto, nº 288, Centro de Gravatal – SC, até às 17:00 horas do dia 02/03/2016;
4. O registro de chapa, deverá ser acompanhado dos documentos exigidos por Lei, Estatuto Social, Resolução n.º 31 do CNC e determinação do Conselho de Administração, com expressa concordância dos seus componentes. Deverá trazer anexa ainda, Declaração de Consentimento com firma reconhecida, Cópia autenticada do CPF e RG, Curriculum Vitae, Declaração de Bens com firma reconhecida, bem como Certidões Negativas de Débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, Cartórios de Títulos, SERASA e SPC;
5. Para exercer o direito de voto o associado deverá apresentar-se munido de documento oficial com foto que o identifique, ter consumido energia durante o exercício de 2015 e estar rigorosamente em dia com suas obrigações sociais junto a Cooperativa, até as 17:00 horas do dia 07/03/2016.
6. As questões eleitorais não previstas no estatuto e nem na Lei n. 5.764/71 serão resolvidas com base na Legislação Eleitoral.
7. Se houver apenas uma chapa inscrita para a eleição que trata o item IV deste Edital, a assembleia poderá decidir que a votação seja por aclamação empossando-se os eleitos em seguida. Havendo mais de uma chapa inscrita a eleição será secreta e iniciará após a deliberação do item III da ordem do dia e se prolongará até as 15:00 horas, após este horário será distribuída senhas para os associados que estiverem presentes.

Gravatal/SC, 18 de Fevereiro de 2016.

João Vanio Mendonça Cardoso
Presidente

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL

CNPJ Nº: 86.449.170/0001-73

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO		2015	2014
Ativo Circulante		3.433,33	2.991,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.188,88	801,06
Consumidores	4	1.472,51	1.167,62
Serviços em Curso		18,63	404,06
Tributos Compensáveis		74,79	64,15
Almoxarifado Operacional		39,01	38,71
Investimentos Temporários		27,80	17,80
Ativos Regulatórios	6	132,32	103,92
Despesas Pagas Antecipadamente		6,10	6,38
Outros Ativos Circulantes		473,29	387,36
Ativo Não Circulante		8.809,84	8.803,71
Tributos Compensáveis		7,28	13,91
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		7,28	7,28
Imobilizado	5	8.742,44	8.729,68
Intangível		52,84	52,84
TOTAL DO ATIVO		12.243,17	11.794,77
PASSIVO		2015	2014
Passivo Circulante		1.770,07	1.355,84
Fornecedores		0,08	159,66
Obrigações Sociais e Trabalhistas		183,86	142,49
Tributos		317,90	186,49
Encargos Setoriais		584,30	173,61
Passivos Regulatórios	6	126,32	99,70
Outros Passivos Circulantes		557,61	593,89
Passivo Não Circulante		579,80	654,28
Provisão para Litígios	9	427,19	409,93
Passivos Regulatórios	6	-	120,41
Obrigações com Associados		20,85	20,85
Obrigações Vinculadas à Concessão	10	131,76	103,09
TOTAL DO PASSIVO		2.349,87	2.010,12
Patrimônio Líquido	11	9.893,30	9.784,65
Capital Social		1.552,58	1.551,04
Outros Resultados Abrangentes		2.295,86	2.517,10
Reserva de Sobras		5.546,23	5.484,61
Sobras à Disposição da Assembleia		498,63	231,90
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.243,17	11.794,77

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL

CNPJ Nº: 86.449.170/0001-73

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

		2015	2014
Receita Operacional	12	10.629,24	8.827,91
Fornecimento de Energia Elétrica		1.850,43	1.030,04
Ativos e Passivos Regulatórios		145,45	307,76
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		7.985,07	6.936,23
Serviços Cobráveis		26,47	20,80
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		493,03	415,85
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão do Serv. de Energia		128,79	117,23
(-) Deduções da Receita Operacional		3.183,34	1.896,88
(-) Tributos sobre a Receita		2.178,44	1.735,18
ICMS		2.055,98	1.671,67
PIS-PASEP		21,69	11,22
COFINS		100,11	51,77
ISS		0,66	0,52
(-) Encargos do Consumidor		1.004,90	161,70
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		36,59	34,72
Programa de Eficiência Energética - PEE		36,59	34,72
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		384,89	71,43
Taxa de Fiscalização de Serv. de Energia Elétrica - TFSEE		20,94	20,83
Outros Encargos		525,89	-
(=) Receita Operacional Líquida		7.445,90	6.931,03
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		2.759,77	2.667,29
Energia Elétrica Comprada para Revenda		1.264,08	1.012,27
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		144,73	131,67
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		1.350,96	1.523,35
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		4.686,13	4.263,74
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		4.294,61	3.790,61
Pessoal e Administradores		2.482,18	2.241,75
Material		341,11	256,05
Serviços de Terceiros		508,59	472,26
Arrendamentos e Aluguéis		4,80	0,40
Seguros		12,29	13,02
Doações, Contribuições e Subvenções		75,32	205,74
Provisões		15,24	5,27
(-) Recuperação de Despesas		(31,28)	(34,04)
Tributos		15,87	12,81
Depreciação e Amortização		496,47	489,66
Outros Custos		252,24	198,92
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		121,78	(71,23)
(=) Resultado do Serviço		391,52	473,13
(+) Resultado Financeiro		96,52	54,62
Despesas Financeiras		155,64	135,82
Receitas Financeiras		252,16	190,44
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL		488,04	527,75
Contribuição Social		12,30	9,77
Imposto de Renda		20,51	16,28
(=) Resultado líquido do exercício		455,23	501,70

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL

CNPJ Nº: 86.449.170/0001-73

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
			Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria		
Saldo em 31/12/2013	1.339,55	2.578,06	751,43	155,08	4.343,91	215,35	9.383,38
Aumento de Capital:							
- Por Integralização de Quotas	99,57	-	-	-	-	-	99,57
- Por Incorporação de Sobras (AGO)	111,92	-	-	100,00	227,41	(439,33)	-
Destinação do Resultado - AGO							
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(200,00)	(200,00)
Realização de Reservas	-	(60,96)	-	(140,18)	(121,50)	322,64	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	501,70	501,70
- Destinações Estatutárias	-	-	17,28	90,69	60,49	(168,46)	-
Saldo em 31/12/2014	1.551,04	2.517,10	768,71	205,59	4.510,31	231,90	9.784,65
Aumento de Capital:							
- Por Integralização de Quotas	1,54	-	-	-	-	-	1,54
Destinação do Resultado - AGO							
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(348,12)	(348,12)
Realização de Reservas	-	(221,24)	-	(153,55)	(116,60)	491,39	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	455,23	455,23
- Destinações Estatutárias	-	-	45,70	126,12	159,95	(331,77)	-
Saldo em 31/12/2015	1.552,58	2.295,86	814,41	178,16	4.553,66	498,63	9.893,30

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL

CNPJ Nº: 86.449.170/0001-73

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	455,23	501,70
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	849,98	629,98
Depreciação e Amortização	509,29	493,00
Baixas do Imobilizado	323,43	122,67
Provisões no Exigível a Longo Prazo	17,26	14,31
Variações no Ativo	(47,82)	(556,05)
Consumidores	(304,89)	(250,11)
Serviços em Curso	385,43	(335,22)
Tributos Compensáveis	(4,01)	6,06
Almoxarifado Operacional	(0,30)	8,86
Investimentos Temporários	(10,00)	(0,15)
Ativos Regulatórios	(28,40)	4,23
Despesas Pagas Antecipadamente	0,28	0,23
Outros Realizáveis	(85,93)	10,05
Variações no Passivo	322,49	107,65
Fornecedores	(159,58)	(58,03)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	41,37	9,28
Tributos	131,41	39,67
Encargos Setoriais	410,69	64,22
Passivos Regulatórios	(93,79)	(311,99)
Obrigações Vinculadas a Concessão	28,67	16,84
Outros Passivos	(36,28)	347,66
Total das Atividades Operacionais	1.579,88	683,28
Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	(845,48)	(636,27)
Aplicações em Bens e Atividades Não Vin. à Concessão	-	(0,06)
Total das Atividades de Investimento	(845,48)	(636,33)
Atividades de Financiamento		
Aumentos de Capital	1,54	99,57
Distribuição de Sobras	(348,12)	(200,00)
Total das Atividades de Financiamento	(346,58)	(100,43)
Total dos Efeitos no Caixa	387,82	(53,48)
Saldo Inicial de Caixa	801,06	854,54
Saldo Final de Caixa	1.188,88	801,06
Variação no Caixa	387,82	(53,48)

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A CERGRAL atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 54 anos de existência.

Em 2015, o bom desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 4,77% com relação a 2014.

Distribuição

A CERGRAL distribui energia elétrica em 06 dos 295 municípios do Estado, o que representa aproximadamente 2% dos consumidores do Estado de Santa Catarina.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 158 novas ligações com destaque 3.856 residenciais, 548 comerciais, 1.266 rurais e 87 industriais, totalizando 5.831 consumidores atendidos pela CERGRAL, número 2,79% superior ao de 2014.

Número de Consumidores

Tab 14

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	3.205	3.339	3.522	3.709	3.856
Comercial	477	502	533	531	548
Industrial	86	88	90	85	87
Rural	1.264	1.248	1.269	1.279	1.266
Poderes Públicos	57	57	54	59	62
Iluminação Pública	1	1	1	1	3
Serviço Público	5	6	9	9	9
Total	5.095	5.241	5.478	5.673	5.831
Variação	4,34%	2,87%	4,52%	3,56%	2,79%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da CERGRAL no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 23 GWh (23 GWh em 2014).

O segmento do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 4,77%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Tab 15

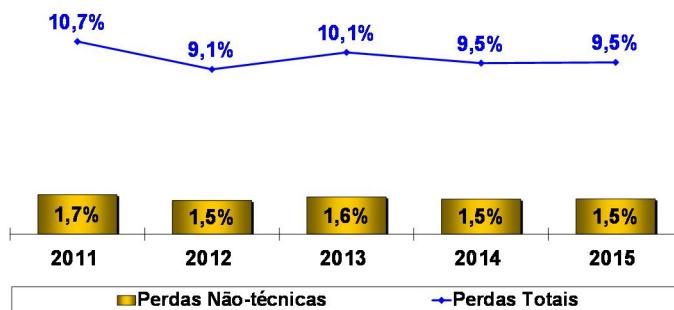
Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	19	20	21	23	23
Fornecimento	19	20	21	23	23
Residencial	6	7	7	8	8
Comercial	5	6	5	6	6
Industrial	2	2	3	3	3
Rural	3	3	3	3	3
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	0	0	0	0	0
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	19	20	21	23	23
Variação	4,23%	7,59%	2,85%	10,31%	-0,33%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida não apresentou evolução em 2014 para 2015.

Balanço Energético

Tab 16

Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	19	20	21	21	22
- Fornecimento	19	20	21	21	22
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	19	20	21	21	22
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	2	2	2	2	2
Perdas Técnicas	2	2	2	2	2
Perdas não Técnicas - PNT	0	0	0	0	0
PNT / Energia Requerida %	1,7%	1,5%	1,6%	1,5%	1,5%
Perdas Totais - PT	2	2	2	2	2
PT / Energia Requerida %	10,7%	9,1%	10,1%	9,5%	9,5%
Total	21	22	23	23	24



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 7,8 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil

Classe	2015	2014	%
Residencial	3.115	2.525	23%
Industrial	1.194	940	27%
Comercial	2.080	1.729	20%
Rural	789	632	25%
Poderes Públicos	130	111	16%
Iluminação Pública	397	279	42%
Serviço Público	96	74	30%
Total	7.800	6.290	24%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 3% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores

Classe	2015	2014	%
Residencial	3.856	3.709	4%
Industrial	87	85	2%
Comercial	548	531	3%
Rural	1.266	1.279	-1%
Poderes Públicos	62	59	5%
Iluminação Pública	3	1	200%
Serviço Público	9	9	0%
Total	5.831	5.673	3%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 342,62/MWh, com aumento de 24% com relação a dezembro de 2014.

Tarifa média de fornecimento

Classe	em R\$/MWh
Residencial	303,60
Industrial	304,95
Comercial	298,96
Rural	194,04
Poder público	308,25
Outros	172,50

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano (incluir os últimos 5 anos)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2011	20	14	2:43
2012	16	10	1:34
2013	19	10	1:56
2014	13	9	2:16
2015	13	11	1:36

Atendimento ao consumidor – A CERGRAL não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da informação

A administração da CERGRAL se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CERGRAL mantém uma página na rede mundial de computadores (www.CERGRAL.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

Novos negócios e parcerias

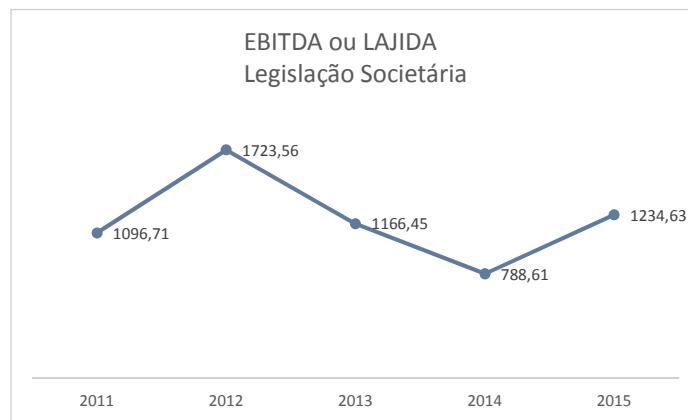
A CERGRAL não participa em outros ambientes empresariais e de mercado, atuando exclusivamente na distribuição de energia elétrica.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, o resultado líquido foi de R\$ 752,54 (R\$/mil) contra um resultado líquido de R\$ 378,05 (R\$/mil) em 2014, ocasionando um aumento no resultado líquido. A Receita Operacional Líquida – ROL (Societária) atingiu R\$ 8.023,38 (R\$/mil) enquanto que em 2014 foi de R\$ 7.264,39 (R\$/mil).

As Despesas Operacionais (societária) totalizaram em 2015 R\$ 1.524,88 (R\$/mil) sendo superior a 2014. O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 4,83% em relação a 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.234,63 (R\$/mil) superior em 56,56% a 2014, que foi de R\$ 788,61 (R\$/mil) conforme variação abaixo:



Investimentos: Em 2015, os investimentos da CERGRAL importaram em R\$ 846,48 (R\$/mil) sendo 33,04% superior em relação a 2014, conforme a seguir:

Descrição	2015	Investimento em R\$ mil	
		2014	%
Investimentos	0	0	0%
Intangíveis	0	0	0%
Terrenos	0	0	0%
Edificações	0	39,99	-100%
Máquinas e Equipamentos	803,6	596,28	35%
Veículos	42,88	0	0%
Móveis e Utensílios	0	0	0%
Total	846,48	636,27	33%

Evolução e Projeção dos Investimentos

[Tab 17 - o quadro a seguir é de apresentação compulsória para os agentes de distribuição e deve expor os 3 (três) últimos anos e os próximos 5 (cinco) anos. Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências), sendo que esta conta de Máquinas e Equipamentos em AIS Bruto da Atividade de Distribuição deve ter o mesmo montante do Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD. Para maiores detalhes de preenchimento, ver Prodist – Módulo II]

Tab 17

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2015				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto¹	-	100	-	-	-	-	-	-
Transformador de Distribuição		100						
Medidor								
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)								
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)								
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos								
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização								
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

¹ Para o cadastro de subestações, considerar o maior nível de tensão do(s) transformador(es) da subestação.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

[Tab 18 - o quadro a seguir é de apresentação compulsória para os agentes de distribuição e deve comparar o PDD entregue até 30 de abril de 20X1 com o enviado no exercício anterior. A Delegatária deve apresentar fundamentos pela diferença entre o realizado de 20X1 com o que estava projetado no PDD anterior, bem como a motivação da alteração, se ocorrida para os mesmos próximos anos projetados:

Tab 18

R\$ Mil	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015						
R\$ Mil	2015P	2016R	2017R	2018R	2019R	
Plano de Investimentos 2014						
Diferença	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Captações de recursos: Os investimentos de 2015 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

Valor adicionado: Em 2015, o valor adicionado gerado como riqueza pela CERGRAL foi de R\$ 6.715,94 (R\$/mil) representando 59,93% da Receita Operacional Bruta (societária), com a seguinte distribuição:

Distribuição do Valor Adicionado	Valor Adicionado em 2015 - Em R\$ mil	
	Valor	%
Pessoal	1.990,08	30%
Governo	3.817,68	57%
Financiadores	155,64	2%
Associados	752,54	11%
Total	6.715,94	100%

Composição do Capital Social: O capital social é representado por 1.552,58 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 o capital social estava representado por 1.551,04 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 7.522 associados em 31 de dezembro de 2015, no ano de 2014 eram 7.229 associados.

Relações com o mercado: A CERGRAL busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CERGRAL é atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CERGRAL pretende ser a melhor empresa nos serviços que presta reconhecida por seus resultados obtidos, mantendo-se competitiva.

A CERGRAL busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade, junto aquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2015, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos humanos: Em 2015 a Outorgada investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERGRAL vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

CERGRAL em números

Atendimento	2015	2014	%
Número de consumidores	5.832	5.674	3%
Número de empregados	37	37	0%
Número de consumidores por empregado	158	153	3%
Número de localidades atendidas	6	6	0%
Número de agências	1	1	0%
Número de postos de atendimento	1	1	0%
Número de postos de arrecadação	6	6	0%
Mercado	2015	2014	%
Área de concessão (Km ²)	180,1	201	-10%
Geração própria (GWh)	0	0	0%
Demandá máxima (MWh/h)	5.722	5.729	0%
Distribuição direta (GWh)	23,04	22,88	1%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	8.337,46	8.316,09	0%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	342,62	275,37	24%
Suprimento	0,00	0,00	0%
DEC (horas)	13	13	0%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	8	7.908	-100%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2.629	2.727	-4%
FEC (número de interrupções)	11	9	22%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,0474	0,0556	-15%

Operacionais	2015	2014	%
Número de usinas em operação	0	0	0%
Número de subestações	0	0	0%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0%
Linhas de distribuição (Km)	309,64	306,04	1%
Capacidade instalada (MW)	13,07	12,47	5%
Financeiros	2015	2014	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	11.206,72	9.140,45	23%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	8.023,38	7.264,39	10%
Margem operacional do serviço líquida (%)	496,55	226,32	119%
EBIT DA OU LAJIDA	1.234,63	788,61	57%
Lucro líquido (R\$ mil)	752,54	378,05	99%
Lucro líquido por lote de mil ações	0,00	0,00	0%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	8.813,37	8.407,40	5%
Valor patrimonial do lote de mil ações	0,00	0,00	0%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9%	4%	125%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	27%	21%	30%
Em moeda nacional (%)	27%	21%	30%
Performance	2015	2014	%
Salario médio dos funcionários	4.937,96	4.579,79	8%
Energia Gerada/Comprada por funcionário	678,11	683,61	-1%
Energia Gerada/Comprada por consumidor	4,30	4,34	-1%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERGRAL. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CERGRAL.

NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

E

NOTAS CONCILIATÓRIAS

SOCIETÁRIO x REGULATÓRIO

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CERGRAL é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Concessão.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, nossa Concessão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Outorgada está autorizada a requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da CERGRAL. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras, distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar adequadamente o desempenho financeiro ou a posição financeira e patrimonial de uma Empresa, apresentando diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias diferentes das normas regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações e notas explicativas foram preparadas em Reais (R\$) e estão apresentadas com valores expressos em mil Reais. A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas neste relatório, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de novembro de 2011. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização e;

d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011 e atualizada em 31 de outubro de 2012, com base em Laudo de Reavaliação, e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia

disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.1. Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas. Sua administração entende ainda que a entidade não está sujeita a consolidação de suas demonstrações por se tratar de uma sociedade de pessoas e não de capital, sendo regida por lei especial que a distingue das demais sociedades.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRÍCÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS							Total 2015	Total 2014		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			Provisão p/ Devedores Dúvidosos					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias						
Fornecimento de Energia	1.141,79	2,30	284,13	6,75	6,93	12,51	(23,97)	10,29	2,30	2,26	3,27	(1,61)	1.446,95	1.163,42				
Residencial	408,78	0,53	132,04	4,96	4,85	8,55	(18,66)	3,94	0,11	0,90	1,59	(1,29)	546,29	425,74				
Industrial	140,53	-	68,44	-	-	0,51	(0,51)	0,26	-	0,26	-	-	209,50	153,52				
Comercial	335,04	-	64,65	0,33	1,35	2,76	(4,11)	5,33	2,20	1,10	1,42	(0,32)	409,72	326,86				
Rural	91,99	1,77	18,89	1,46	0,74	0,69	(0,69)	0,29	-	-	0,27	-	115,40	101,76				
Poderes Públicos	16,21	-	0,12	-	-	-	-	0,47	-	-	-	-	16,80	30,04				
Iluminação Pública	63,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63,09	37,27				
Serviço Público	12,44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,44	9,74				
Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Fornecimento Não Faturado	73,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73,71	78,49				
Total	1.141,79	2,30	284,13	6,75	6,93	12,51	(23,97)	10,29	2,30	2,26	3,27	(1,61)	1.446,95	1.163,42				

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e;
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública, vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2015 não houve realização da provisão motivada pelo esgotamento das alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	12.727,52	-	(421,95)	827,44	-	13.133,01	405,49	(5.070,69)	8.062,32	7.887,21	(97,38)	11,21	(86,17)
Terrenos	-	-	-	-	-	12,10	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	12,10	-	-	-	-	12,10	-	(1,51)	10,59	10,99	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	12.628,81	-	(421,95)	871,83	-	13.078,69	449,88	(5.047,77)	8.030,92	7.829,56	(97,38)	11,21	(86,17)
Veículos	84,11	-	-	(44,39)	-	39,72	-	(44,39)	(19,82)	19,90	45,60	-	-
Móveis e Utensílios	2,50	-	-	-	-	2,50	-	(1,59)	0,91	1,06	-	-	-
Administração	599,01	10,72	(38,00)	46,90	-	618,63	19,62	(85,38)	533,25	513,22	-	-	-
Terrenos	374,07	-	-	-	-	374,07	-	-	374,07	374,07	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	77,44	-	-	-	-	77,44	-	(13,49)	63,95	66,54	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	88,68	-	-	4,02	-	92,70	4,02	(48,86)	43,84	48,48	-	-	-
Veículos	27,28	10,72	(38,00)	42,88	-	42,88	15,60	(0,53)	42,35	13,51	-	-	-
Móveis e Utensílios	31,54	-	-	-	-	31,54	-	(22,50)	9,04	10,62	-	-	-
Comercialização	31,78	-	-	(31,78)	-	-	-	(31,78)	-	-	24,25	-	-
Máquinas e Equipamentos	31,78	-	-	(31,78)	-	-	-	(31,78)	-	-	24,25	-	-
Subtotal	13.358,31	10,72	(459,95)	842,56	-	13.751,64	393,33	(5.156,07)	8.595,57	8.424,68	(97,38)	11,21	(86,17)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	305,00	727,07	(93,84)	(791,36)	-	146,87	(158,13)	-	146,87	305,00	(45,59)	-	(45,59)
Máquinas e Equipamentos	182,32	246,01	(0,16)	(406,89)	-	21,28	(161,04)	-	21,28	182,32	(45,59)	-	(45,59)
Outros	122,68	481,06	(93,68)	(384,47)	-	125,59	2,91	-	125,59	122,68	-	-	-
Administração	-	67,52	(20,62)	(46,90)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	2,52	-	(2,52)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	65,00	(20,62)	-	(44,38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	15,76	(11,46)	(4,30)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	15,76	(11,46)	-	(4,30)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	305,00	810,35	(125,92)	(842,56)	-	146,87	(158,13)	-	146,87	305,00	(45,59)	-	(45,59)
Total do Ativo Imobilizado	13.663,31	821,07	(585,87)	-	-	13.898,51	235,20	(5.156,07)	8.742,44	8.729,68	(142,97)	11,21	(131,76)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	43,18	-	-	9,66	-	52,84	9,66	-	52,84	43,18
Serviços						-			-	-
Softwares	40,74			9,66		50,40	9,66		50,40	40,74
Outros	2,44					2,44			2,44	2,44
Comercialização	9,66	-	-	(9,66)	-	-	(9,66)	-	-	9,66
Softwares	9,66			(9,66)		-	(9,66)		-	9,66
Subtotal	52,84	-	-	-	-	52,84	-	-	52,84	52,84
Total do Ativo Intangível	52,84	-	-	-	-	52,84	-	-	52,84	52,84

A composição da conta Maquinaria e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015		2014	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		13.133,01	(5.070,83)	8.062,18	7.911,44
Custo Histórico		8.456,43	(2.724,55)	5.731,88	5.352,15
Reavaliação		4.676,58	(2.346,28)	2.330,30	2.559,29
Administração		618,64	(85,37)	533,27	513,23
Custo Histórico		665,19	(113,32)	551,87	539,59
Reavaliação		(46,55)	27,95	(18,60)	(26,36)
		13.751,65	(5.156,20)	8.595,45	8.424,67
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		146,98		146,98	305,00
		146,98	-	146,98	305,00
		13.898,63	(5.156,20)	8.742,43	8.729,67

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	612,47	29,76	141,53			58,80	842,56
Total das Adições	612,47	29,76	141,53	-	-	58,80	842,56

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n. 367 de 2009, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação	
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
Administração central	
Equipamento geral	10,00
Veículos	6,25

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Taxas Anuais de Depreciação	
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Automóvel VW GOL Power	27,28
2 - Rede de Baixa Tensão	18,83
3 - Rede de Baixa Tensão	13,82
4 - Rede de Baixa Tensão	11,42
5 - Rede de Baixa Tensão	10,85
6 - Rede de Baixa Tensão	9,03
7 - Rede de Baixa Tensão	9,03
8 - Rede de Baixa Tensão	9,03
9 - Rede de Baixa Tensão	9,03
10 - Rede de Baixa Tensão	9,03

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERGRAL não apurou valores decorrentes de variação de custos da “Parcela A”.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	103,91	140,33	(84,78)	-	-	159,46	57,46	74,86	132,32	-
Majoração PIS/Cofins						-				-
Programas Sociais Governamentais	23,24		(23,24)			-				-
Quota Parte de Energia Nuclear						-				-
Neutralidade da Parcela A	80,67	140,33	(61,54)			159,46	57,46	74,86	132,32	-
Sobrecontratação de Energia						-				-
Diferimento de Reposição na RTP						-				-
Outros						-				-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.										
Total Ativos Financeiros Setoriais	103,91	140,33	(84,78)	-	-	159,46	57,46	74,86	132,32	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	99,70	56,42	(153,10)	-	123,30	126,32	119,56	6,77	126,32	-
Neutralidade da Parcela A	18,17	28,28	(18,59)	-	(7,53)	20,33	13,58	6,77	20,33	-
Sobrecontratação de Energia						-				-
Devoluções Tarifárias						-				-
Outros	81,53	28,14	(134,51)	-	130,83	105,99	105,98	-	105,99	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	99,70	56,42	(153,10)	-	123,30	126,32	119,56	6,77	126,32	-

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CERGRAL não possui obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CERGRAL não apurou imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

9.1 Provisão PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal

As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 1 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 disposta sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, concluída em 22 de novembro de 2006, a Secretaria de Receita Federal lavrou auto de infração, protocolado em 07 de dezembro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 20 de dezembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do auto de infração, a cooperativa reconheceu como provável sua materialização e seus efeitos contabilizados mediante provisão, segundo as bases utilizadas pela autoridade fiscalizadora, ajustada pelas exclusões dos gastos administrativos, financeiros e o restante das sobras, conforme argumenta em sua defesa.

9.2 Saldo da Provisão para PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo

Provisão PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo está representada pelo seguinte saldo:

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	-	-	409,93	-	-	-	409,93
Atualização	-	-	17,26	-	-	-	17,26
Saldos em 31/12/2015	-	-	427,19	-	-	-	427,19

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		1.377,14	-	-	1.377,14
Participação Financeira do Consumidor	4,61	1.262,50	-	-	1.262,50
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,86	114,64	-	-	114,64
Outros		65,51	-	-	65,51
Ultrapassagem de demanda	-	65,51	-	-	65,51
(-) Amortização Acumulada - AIS		(151,54)	-	-	(151,54)
Participação Financeira do Consumidor	-	(142,56)	-	-	(142,56)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(8,98)	-	-	(8,98)
Total		1.291,11	-	-	1.291,11

10.1 A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Em serviço	80,27	17,12	-	-	-	97,39	17,12	-	97,39	80,27
Participação Financeira do Consumidor	6,50	-	-	-	-	6,50	-	-	6,50	6,50
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	73,77	17,12	-	-	-	90,89	17,12	-	90,89	73,77
(-) Amortização Acumulada - AIS	(7,00)	(4,22)	-	-	-	(11,22)	(4,22)	-	(11,22)	(7,00)
Participação Financeira do Consumidor	(0,30)	(0,30)	-	-	-	(0,60)	(0,30)	-	(0,60)	(0,30)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(6,70)	(3,92)	-	-	-	(10,62)	(3,92)	-	(10,62)	(6,70)
Total	73,27	12,90	-	-	-	86,17	12,90	-	86,17	73,27

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transfencias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento										
Outros	29,82	15,78	-	-	-	45,60	15,78	-	45,60	29,82
Ultrapassagem de demanda	29,82	15,78	-	-	-	45,60	15,78	-	45,60	29,82
Total	29,82	15,78	-	-	-	45,60	15,78	-	45,60	29,82

10.2 Principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Doação recebida de Valdecir Pedroso Thomé -2433/15	4,53
2 - Doação de postes - Rosiane da Silva-2500/15	5,60
3 - Doação Transformador - TIM Celular S/A - 5052/15	5,53
4 - Doação de Postes - Marcos de Medeiros Fernandes - 6310/15	1,45
5 -	
6 -	
7 -	
8 -	
9 -	
10 -	

10.3 Principais baixas de obrigações especiais no exercício

Não houve baixas nas obrigações especiais no exercício de 2015.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 1.552,58 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 o capital social estava representado por 1.551,04 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é

movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 7.522 associados em 31 de dezembro de 2015, no ano de 2014 eram 7.229 associados.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.2.4. Reserva de Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2015	2014
Resultado do Exercício	455,23	501,70
Destinações		
RATES	126,12	90,69
Reserva Legal	45,70	17,28
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	159,95	60,49
Soma das Destinações	331,77	168,46
Realização de Reservas		
RATES	153,55	140,18
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	116,60	121,49
Outros Resultados Abrangentes	221,24	60,96
Soma das Realizações de Reservas	491,39	322,63
Sobras a Disposição da AGO	614,85	655,87

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado						
Residencial	3.856	3.709	8,34	8,32	707,68	403,88
Industrial	87	85	5,62	5,78	301,51	163,84
Comercial	548	531	3,23	3,08	530,61	300,92
Rural	1.266	1.279	3,10	3,26	172,54	95,76
Poder público	62	59	0,34	0,36	29,25	17,44
Iluminação pública	3	1	1,83	1,75	100,31	48,65
Serviço público	9	9	0,31	0,29	24,31	12,86
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	7.985,07	6.936,23
Consumidores Cátivos					7.985,07	6.936,23
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(15,78)	(13,31)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC- Ultrapassagem Demanda					(15,78)	(13,31)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC- Excedente de Reativos					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC- Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					145,45	307,76
Serviços Cobráveis					26,47	20,80
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					493,03	415,85
Total	5.831	5.673	22,77	22,84	10.500,45	8.710,68

13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2014, a CERGRAL não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2015	2014
Pessoal	2.179,75	2.027,37
Remuneração	1.467,14	1.322,13
Encargos	533,69	498,98
Outros Benefícios - Corrente	173,42	151,53
Outros	5,50	54,73
Administradores	289,72	263,28
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	289,72	263,28
Total	2.469,47	2.290,65

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

16.1. Segmentos e Atividades de Negócios

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, de modo que a Demonstração do Resultado do Exercício representa em todos os aspectos o resultado de seus negócios.

16.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

16.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

16.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

16.3. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2015 chegaram a perfazer um montante de R\$ 373 mil, representando cerca de 3,35% do total das receitas da cooperativa.

17. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

17.1 REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Entre 14 de abril de 2011 e 15 de junho de 2012 a ANEEL submeteu às Audiências Públicas nº 019/2011 e 027/2012 a metodologia e os critérios gerais para o Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica (1CRTP-P).

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 5 de março de 2013, alterada pelas Resoluções Normativa nº 555 de 11 de junho de 2013 e nº 581 de 11 e outubro de 2013, aprovou o Módulo 8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia aplicável e os procedimentos a serem utilizados no 1CRTP-P.

O Contrato de Permissão nº 22/2008, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da CERGRAL, define a data de 28 de setembro de 2012 como a data para ser processada a 1CRTP-P.

Contudo, pela ausência de metodologia, foi editada a Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011, onde foram estabelecidos os procedimentos a serem adotados nos processos de revisão tarifária das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, a título provisório, até a publicação das correspondentes metodologias.

Nesse sentido, foi emitida a Nota Técnica nº 327/2012-SRE/ANEEL, de 17 de setembro de 2012, propondo a prorrogação da vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica da CERGRAL, constantes dos Anexos I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.216, de 20 de setembro de 2011, até o processamento definitivo da revisão tarifária periódica da CERGRAL.

Com o estabelecimento da metodologia do 1CRTP-P em 05 de março de 2013, considerados os aperfeiçoamentos metodológicos determinados na deliberação da Diretoria da ANEEL na 21ª Reunião Ordinária realizada em 11 de junho de 2013, é processada a 1CRTP-P da CERGRAL com data de competência correspondente a 28 de setembro de 2012, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.598, de 27 de agosto de 2013.

17.2 REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as tarifas de fornecimento e uso do sistema de distribuição são reajustadas de modo a recuperar a receita da permissionária decorrente da aplicação do índice de Reajuste Tarifário (IRT), calculado de acordo com fórmula paramétrica que consta do Contrato de Permissão nº 22/2008 e com a metodologia e procedimentos estabelecidos pelo Módulo 8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.960, de 22 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGRAL, resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores é de 23,49%.

17.3. COMPOSIÇÃO DA BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);
- II – Almoxarifado de Operação; e
- III – Obrigações especiais.

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da BRR no 1CRTP-P, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração será obtida a partir dos ativos em operação, determinada regulatoriamente, a partir das referências de preços adotadas pela ANEEL;
- b) Considera-se como data-base do laudo de ativos o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do 1CRTP-P;
- c) A data anterior será utilizada para valoração dos ativos a partir do banco de preços referenciais da ANEEL;
- d) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de ativos e a data da revisão tarifária e;
- e) Em relação ao almoxarifado de operações, seu valor corresponderá ao percentual de 0,30% do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.321,13
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	2.898,26
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	10.422,87
(6) Depreciação Acumulada	4.388,84
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	39,96
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Serviços	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.972,25
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00
(18) Quota de Reintegração Regulatória	-
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	338,25

17.4 CUSTO ANUAL DAS INSTALAÇÕES MÓVEIS E IMÓVEIS - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	769,28
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	192,32
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	192,32
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	384,64
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	10.518,37
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	31.099,37
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	79.823,66
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	121.441,40

17.5 AJUSTE DA PARCELA B EM FUNÇÃO DE INVESTIMENTOS REALIZADOS

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Permissionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IPCA, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

17.6. RESUMO DA REVISÃO TARIFÁRIA (OU REAJUSTE TARIFÁRIO)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifárea %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	4.222,04	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	1.462,39	-	-	-	-	-
TFSEE	21,65	-	-	-	-	-
CDE	1.220,41	-	-	-	-	-
PROINFA	142,48	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	77,85	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.358,48	-	-	-	-	-
CUSD	1.358,48	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	1.401,17	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	1.401,17	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	4.954,45	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	3.947,58	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	446,46	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	550,28	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	10,13	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	23,22	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	(1,20)	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	22,02	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	23,49	-	-	-	-	-

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

ATIVO	Nota	2015			2014		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Ativo Circulante		3.433,33	-	3.433,33	2.887,15	103,91	2.991,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.188,89	-	1.188,89	801,06	-	801,06
Consumidores	18.1	1.472,51	-	1.472,51	1.167,63	-	1.167,63
Serviços em Curso		18,63	-	18,63	404,06	-	404,06
Tributos Compensáveis		74,79	-	74,79	64,15	-	64,15
Almoxarifado Operacional		39,01	-	39,01	38,71	-	38,71
Investimentos Temporários		27,80	-	27,80	17,80	-	17,80
Ativos Regulatórios	18.2	132,32	-	132,32	-	103,91	103,91
Despesas Pagas Antecipadamente		6,10	-	6,10	6,38	-	6,38
Outros Ativos Circulantes		473,28	-	473,28	387,36	-	387,36
Ativo Não Circulante		7.736,09	1.073,75	8.809,84	7.246,06	1.557,65	8.803,71
Tributos Compensáveis		7,28	-	7,28	13,91	-	13,91
Outros Ativos Não Circulantes	18.3	3.563,43	(3.563,43)	-	2.910,27	(2.910,27)	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		7,28	-	7,28	7,28	-	7,28
Imobilizado	18.4	-	8.742,44	8.742,44	-	8.729,68	8.729,68
Intangível	18.5	4.158,10	(4.105,26)	52,84	4.314,60	(4.261,76)	52,84
TOTAL DO ATIVO		11.169,42	1.073,75	12.243,17	10.133,21	1.661,56	11.794,77

PASSIVO	Nota	2015			2014		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Passivo Circulante		1.770,06	-	1.770,06	1.256,14	99,70	1.355,84
Fornecedores		0,08	-	0,08	159,66	-	159,66
Obrigações Sociais e Trabalhistas		183,86	-	183,86	142,49	-	142,49
Tributos		317,89	-	317,89	186,49	-	186,49
Encargos Setoriais		584,29	-	584,29	173,61	-	173,61
Passivos Regulatórios	18.2	126,32	-	126,32	-	99,70	99,70
Outros Passivos Circulantes		557,62	-	557,62	593,89	-	593,89
Passivo Não Circulante		585,98	(6,18)	579,80	469,67	184,61	654,28
Provisão para Litígios		427,18	-	427,18	409,93	-	409,93
Tributos Diferidos		137,95	(137,94)	0,01	-	-	-
Passivos regulatórios		-	-	-	-	120,41	120,41
Obrigações com Associados		20,85	-	20,85	20,85	-	20,85
Outros Passivos Não Circulantes		-	-	-	38,89	(38,89)	-
Obrigações vinculadas à concessão	18.6	-	131,76	131,76	-	103,09	103,09
TOTAL DO PASSIVO		2.356,04	(6,18)	2.349,86	1.725,81	284,31	2.010,12
Patrimônio Líquido	18.8	8.813,38	1.079,93	9.893,31	8.407,40	1.377,25	9.784,65
Capital Social		1.552,57	-	1.552,57	1.551,04	-	1.551,04
Outros Resultados Abrangentes		-	2.295,86	2.295,86	-	2.517,10	2.517,10
Reservas de Lucros		1.215,93	(1.215,93)	-	-	(1.023,65)	(1.023,65)
Reserva de Sobras		5.546,24	-	5.546,24	6.508,26	-	6.508,26
Sobras à Disposição da Assembleia		498,64	-	498,64	348,10	(116,20)	231,90
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.169,42	1.073,75	12.243,17	10.133,21	1.661,56	11.794,77

	Nota	2015			2014		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita Operacional	18.7	11.223,70	(594,46)	10.629,24	9.147,48	(319,57)	8.827,91
Fornecimento de Energia Elétrica		1.850,43	-	1.850,43	1.030,04	-	1.030,04
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		7.985,07	-	7.985,07	6.936,23	-	6.936,23
Ativos e Passivos Regulatórios		6,01	139,44	145,45	-	307,76	307,76
Serviços Cobráveis		26,47	-	26,47	20,80	-	20,80
Doações, Contrib. Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		493,03	-	493,03	415,85	-	415,85
Receita de Construção		733,90	(733,90)	-	627,33	(627,33)	-
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão Serv. de Energia		128,79	-	128,79	117,23	-	117,23
(-) Deduções da Receita Operacional		3.183,34	-	3.183,34	1.896,88	-	1.896,88
(-) Tributos sobre a Receita		2.178,44	-	2.178,44	1.735,18	-	1.735,18
ICMS		2.055,98	-	2.055,98	1.671,67	-	1.671,67
PIS-PASEP		21,69	-	21,69	11,22	-	11,22
COFINS		100,11	-	100,11	51,77	-	51,77
ISS		0,66	-	0,66	0,52	-	0,52
(-) Encargos do Consumidor		1.004,90	-	1.004,90	161,70	-	161,70
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		36,59	-	36,59	34,72	-	34,72
Programa de Eficiência Energética - PEE		36,59	-	36,59	34,72	-	34,72
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		384,89	-	384,89	71,43	-	71,43
Taxa de Fiscalização Serv. Energia Elétrica - TFSEE		20,94	-	20,94	20,83	-	20,83
Outros encargos		525,89	-	525,89	-	-	-
(=) Receita Operacional Líquida		8.040,36	(594,46)	7.445,90	7.250,60	(319,57)	6.931,03
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		2.759,77	-	2.759,77	2.667,29	-	2.667,29
Energia Elétrica Comprada para Revenda		1.264,08	-	1.264,08	1.012,27	-	1.012,27
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		144,73	-	144,73	131,67	-	131,67
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		1.350,96	-	1.350,96	1.523,35	-	1.523,35
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciaíveis		5.280,59	(594,46)	4.686,13	4.583,31	(319,57)	4.263,74
(-) Custos Gerenciaíveis - Parcela "B"		4.784,04	(489,43)	4.294,61	4.356,98	(566,37)	3.790,61
Pessoal e Administradores		2.482,18	-	2.482,18	2.241,75	-	2.241,75
Material		341,11	-	341,11	256,05	-	256,05
Serviços de Terceiros		508,59	-	508,59	472,26	-	472,26
Arrendamentos e Aluguéis		4,80	-	4,80	0,40	-	0,40
Seguros		12,29	-	12,29	13,02	-	13,02
Doações, Contribuições e Subvenções		75,32	-	75,32	205,74	-	205,74
Provisões		15,24	-	15,24	5,27	-	5,27
(-) Recuperação de Despesas		(31,28)	-	(31,28)	(34,04)	-	(34,04)
Tributos		15,87	-	15,87	12,81	-	12,81
Depreciação e Amortização		350,22	146,25	496,47	345,61	144,04	489,65
Custo de Construção		733,90	(733,90)	-	627,33	(627,33)	-
Outros Custos		229,00	-	229,00	198,92	-	198,92
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		46,80	98,22	145,02	11,86	(83,08)	(71,22)
(=) Resultado do Serviço		496,55	(105,03)	391,52	226,33	246,80	473,13
(+) Resultado Financeiro		(387,86)	291,34	(96,52)	(216,68)	162,06	(54,62)
Despesas Financeiras		155,64	-	155,64	135,82	-	135,82
Receitas Financeiras		(543,50)	291,34	(252,16)	(352,50)	162,06	(190,44)
(=) Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		884,41	(396,37)	488,04	443,01	84,74	527,75
CSLL		38,53	(26,23)	12,30	24,35	(14,58)	9,77
IRPJ		93,34	(72,83)	20,51	40,59	(24,31)	16,28
(=) Resultado Líquido do Exercício		752,54	(297,31)	455,23	378,07	123,63	501,70

18.1 CONSUMIDORES

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Não houve ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3 ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 IMOBILIZADO

18.4.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 DEPRECIAÇÃO

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.5 INTANGÍVEL

18.5.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2 DEPRECIAÇÃO

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os ajustes são decorrentes da aplicação da Res. 396/2010, artigo 2, inciso 4º, que estabelece a transferência do saldo da Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica para o ativo intangível.

18.6.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2 AMORTIZAÇÃO

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)

18.7.1 ATIVO FINANCEIRO

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 ATIVO INTANGÍVEL

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 REMUNERAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO (RESULTADO)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2014 e 2015.

18.7.5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS (RESULTADO)

Não houveram ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2014 e 2015.

18.8. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2015	2014
Saldos no Início do Exercício	8.813,37	8.407,40
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	1.079,93	1.377,25
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)	(1.215,93)	(1.023,64)
Reavaliação Regulatória Compulsória	2.295,86	2.517,10
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	(116,21)
Saldos no Fim do Exercício	9.893,30	9.784,65

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória referem-se ao efeito desta reavaliação no Patrimônio Líquido não reconhecido pelas normas da contabilidade adotadas no Brasil. A sua realização pela depreciação ou baixa reflete no resultado regulatório a disposição da assembleia geral.

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ICPC 01).

18.9. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2015	2014
Lucro (prejuízo) Líquido Conforme Contabilidade Societária	752,54	378,07
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	(297,31)	123,63
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	139,44	307,76
Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória	(146,25)	(144,04)
Anulação Não Operacional	(98,22)	83,08
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão	(291,34)	(162,05)
Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis	99,06	38,88
Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório	455,23	501,70

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais: refere-se aos efeitos dos ajustes temporais das tarifas não reconhecidos pela contabilidade societária. Em 2014 os efeitos são integrais e em 2015 são parciais, uma vez que passaram a ser reconhecidos a partir do aditivo ao contrato de permissão assinado em novembro de 2015.

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Anulação Não Operacional: refere-se aos efeitos das baixas de ativos imobilizados reavaliados compulsoriamente cuja mais valia não é reconhecida na contabilidade societária.

Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão: refere-se aos efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ICPC 01).

Gravatal, 31 de dezembro de 2015.

João Vanio Mendonça Cardoso

Presidente

Luana Mendes Leandro

Contadora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES REGULATÓRIO

AUDICONULT
AUDICONULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL – CERGRAL
Gravatal - SC

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias - DCRs da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL – CERGRAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **CERGRAL** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **CERGRAL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **CERGRAL**.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

AUDICONULT
AUDICONULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERGRAL**, em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Outros Assuntos

A **CERGRAL**, preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado aos diretores, conselheiros e associados da **CERGRAL**, em 17 de fevereiro de 2016.

São José (SC), 26 de abril de 2016.


Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012